



Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Demonstrações financeiras e relatório do auditor
independente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Relatório da Administração 2024

Aos Acionistas,

A Administração da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Sobre a Vitru Brasil

A Vitru Brasil (Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.) é uma holding operacional e prestadora de serviços educacionais que oferece cursos de pós-graduação através de nossas subsidiárias: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci Ltda. ("Uniasselvi"); Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. ("Unicesumar"); Sociedade Educacional do Vale do Itapocu Ltda. ("Univinci"); FAIR Educacional Ltda. ("Fair"), FAC Educacional Ltda. ("Fac") e Rede Enem - Rede Enem Serviços de Internet LTDA ("Rede Enem").

Por meio de suas subsidiárias, a Vitru Brasil oferece um ecossistema pedagógico completo com foco em uma experiência híbrida de ensino a distância para alunos de graduação e educação continuada. Todo o conteúdo acadêmico é entregue em vários formatos (vídeos, *eBooks*, *podcasts* e html, entre outros) por meio de seu Ambiente Virtual de Aprendizagem proprietário, ou AVA. O modelo pedagógico também incorpora reuniões semanais presenciais organizadas por tutores externos dedicados, que são em sua maioria profissionais locais que trabalham na área disciplinar que ensinam. A Companhia acredita que esta experiência única de aprendizagem centrada no tutor externo, nos cursos oferecidos pela Uniasselvi, a diferencia, criando um forte senso de comunidade e pertencimento e contribuindo para maiores taxas de engajamento e retenção de sua base de alunos.

Já a Unicesumar oferece aulas semanais online ao vivo, com foco na autonomia do aluno e na qualidade dos recursos educacionais. O curso é estruturado em módulos de 10 semanas. O aluno terá 4 módulos por ano, sendo que cada módulo contém de duas até 3 disciplinas. Oferece aulas online ao vivo, aulas conceituais gravadas e estudos de caso, testes presenciais aplicados em nossos polos, estudos online e atividades de conhecimentos gerais. Também oferecemos conteúdo educacional e suporte via internet e dispositivos móveis.

As demonstrações de resultados da Companhia refletem três segmentos operacionais:

- Cursos de graduação EAD. O que diferencia o modelo EAD da Vitru Brasil é a qualidade superior e sua metodologia híbrida com aprendizado síncrono, que consiste em encontros semanais presenciais ou online com tutores para a Uniasselvi, e aulas online semanais para alunos da Unicesumar, além do benefício do ambiente virtual de aprendizagem, onde os alunos podem estudar onde e quando preferirem. O portfólio de cursos da Companhia é composto principalmente por pedagogia, administração de empresas, contabilidade, educação física, profissionalizante, engenharia e cursos relacionados à saúde.
- Cursos de graduação presenciais. A Vitru Brasil (através da Uniasselvi e Unicesumar) possui vários campi que oferecem cursos tradicionais de graduação presencial, incluindo medicina, engenharia, direito e cursos relacionados à saúde. Os alunos do campus experimentam um ecossistema de aprendizado completo, misturando teoria com aplicações práticas, bem como acesso a atividades esportivas e eventos culturais.
- Cursos de educação continuada. A Vitru Brasil (através da Uniasselvi e Unicesumar) oferece cursos de educação continuada e pós-graduação predominantemente em pedagogia, finanças e negócios, mas também em outras disciplinas como direito, engenharia, informática e cursos relacionados à saúde. Os cursos são oferecidos em três versões diferentes, compostas por (i) modelo híbrido, (ii) 100% online e (iii) presencial. Isso também inclui cursos técnicos

Mensagem da Administração

Encerramos 2024 com a convicção de que construímos mais um ano de avanços significativos para a Vitru Educação - um dos principais players de educação digital no Brasil - fortalecendo nossa base de alunos e mantendo uma trajetória sólida de crescimento e eficiência operacional.

O quarto trimestre foi marcado por um desempenho robusto, refletindo o impacto positivo das iniciativas implementadas ao longo do ano. Com a harmonização dos critérios de reconhecimento de alunos entre Uniasselvi e Unicesumar, temos agora uma base de alunos mais consistente e alinhada à nossa estratégia de longo prazo. Além disso, avançamos na captura de sinergias operacionais e na melhoria da eficiência financeira, contribuindo para a geração de caixa e a redução da alavancagem.

Em 2024, nossa margem EBITDA ajustada atingiu o *guidance* divulgado no início de 2024, um claro indicativo de nosso compromisso com a excelência do produto entregue ao aluno através da eficiência operacional e zelo pela saúde financeira.

Nosso compromisso com a qualidade acadêmica e a experiência do aluno segue como um pilar essencial da nossa estratégia. Em 2024, investimos na expansão e aprimoramento do nosso portfólio de cursos, com um foco especial nos cursos híbridos de saúde e na educação continuada, que vem crescendo em ritmo acelerado. O desenvolvimento de novas soluções tecnológicas também foi um diferencial para aumentar o engajamento e a retenção dos nossos alunos.

Além dos avanços operacionais, a Vitru alcançou um marco histórico com a migração bem-sucedida de suas ações para o Novo Mercado da B3, em junho. Essa mudança reforça nosso compromisso com boas práticas de governança e transparência, ampliando nosso acesso ao mercado de capitais brasileiro e fortalecendo nosso posicionamento para os próximos anos.

Para 2025, seguimos confiantes em nossa capacidade de crescimento sustentável. Continuaremos investindo em inovação educacional, tecnologia, novas fontes de eficiência operacional e de geração de receitas, além da expansão da nossa base de alunos, sempre com disciplina financeira. A nossa missão segue centrada no impacto positivo na vida de milhares de pessoas em todo o Brasil através do acesso à educação de qualidade e acreditamos que o ensino a distância seguirá ganhando relevância como uma alternativa acessível para quem busca qualificação.

Atenciosamente,

A Administração.

Investimentos

Em agosto de 2021, a Vitru Brasil celebrou um contrato de compra com os acionistas da CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, ou "Unicesumar", para adquirir a totalidade do capital social da Unicesumar, no valor de R\$ 3,15 bilhões. A transação foi realizada em 20 de maio de 2022 (data da transação), quando foi realizada a transferência das contraprestações previstas no contrato de compra e venda e cedido o controle da Unicesumar para a Companhia, após condições precedentes usuais, incluindo avaliação de órgão regulador antitruste e outras aprovações regulatórias.

Avaliamos inúmeras instituições e empresas em busca de transações estratégicas que corroborassem com os nossos valores institucionais e que fizessem sentido sob o ponto de vista financeiro.

A Unicesumar é uma instituição de ensino superior líder e em franco crescimento no Brasil com foco no mercado de educação digital, fundada há 30 anos em Maringá - Paraná. Esta transação disruptiva no mercado combinou duas instituições de ensino com grande similaridade, quer seja na trajetória, quer seja em cultura organizacional, mas, especialmente, na missão de levar educação de qualidade para todo o Brasil.

Uniasselvi e Unicesumar compartilham a mesma paixão pelo ensino de qualidade. Acreditamos que combinação com a Unicesumar alcançará e mudará a vida de muitas famílias através da educação. Além de um EAD inovador e de alta qualidade, a Unicesumar conta ainda com um ensino presencial disruptivo e um curso de Medicina robusto, que é referência no país no uso de laboratório e simuladores digitais e virtuais. Com essa união, pretendemos investir em tecnologia, otimizar ganhos e consolidar a nossa posição na história da educação no Brasil.

Em setembro de 2022, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, o qual regeu os termos e condições da aquisição pela Companhia da Rede Enem Serviços de Internet Ltda. ("Rede Enem"), uma plataforma que fornece conteúdo gratuito através de um ecossistema que inclui blogs, cursos preparatórios gratuitos, e perfis de redes sociais.

A Rede Enem tem como foco principal melhorar o desempenho dos estudantes do ensino secundário, provenientes principalmente de escolas públicas, no Exame Nacional do Ensino Médio, ou ENEM. O resultado do ENEM faz parte dos critérios do processo de seleção no Programa Universidade para Todos, ou PROUNI, no Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, e nas bolsas de estudo em instituições de ensino privadas.

O preço de compra pago aos vendedores foi de R\$ 3,0 milhões, dos quais R\$ 1,5 milhões foram pagos à vista e R\$ 1,5 milhões foram quitados em dezembro de 2023 com os recursos da 3ª emissão de debêntures. Acreditamos que este negócio está alinhado com nossa missão de promover o acesso ao conhecimento por meio da educação, mas também uma oportunidade de abrir portas para nossas instituições de ensino.

Além disso, vale mencionar que, com a bem-sucedida incorporação da Vitru Limited pela Vitru Brasil ocorrida em junho de 2024, a companhia realizou um marco histórico no mercado financeiro brasileiro. Após o processo de incorporação a Vitru Brasil fez a migração de suas ações listadas na Nasdaq, bolsa de valores norte-americana, para o Novo Mercado da B3. Essa mudança reforça nosso compromisso com boas práticas de governança e transparência, amplia nosso acesso ao mercado de capitais brasileiro e fortalece ainda mais nosso posicionamento para os próximos anos.

Emissão de Debêntures

Em 15 de maio de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em 2 séries, no valor total de R\$ 1.950.000.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta milhões de reais), sendo 1.950.000 (um milhão e novecentas e cinquenta mil) debêntures, sendo 500.000 (quinhentas mil) debêntures da 1ª Série e 1.450.000 (um milhão e quatrocentas e cinquenta mil) debêntures da 2ª Série.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão foram destinados integral e exclusivamente para o pagamento do valor referente ao preço de aquisição, pela Companhia, de 100% (cem por cento) da participação societária da CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, nos termos do Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 23 de agosto de 2021.

Em 5 de maio de 2023, a Companhia realizou a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 190.000.000,00, com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. Os recursos líquidos obtidos por meio da 2ª Emissão foram destinados utilizados integralmente para alongamento do passivo financeiro e utilização de capital de giro da Companhia.

Em 16 de novembro de 2023, a Companhia realizou a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 500.000.000,00, com vencimento em novembro de 2028.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única da Companhia foram destinados (i) prioritariamente para o pré-pagamento da última parcela do financiamento contratado pela Companhia para a aquisição da participação societária da CESUMAR; e (ii) os recursos remanescentes para reforço de caixa da Companhia.

Em 18 de junho de 2024, a Companhia realizou a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 20 de junho 2029.

Os recursos líquidos captados pela 4ª Emissão de Debêntures foram utilizados (i) para a amortização extraordinária facultativa do principal e dos juros devidos no âmbito da 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, em montante equivalente a R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); e (ii) para reforço em montante equivalente a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Por fim em 11 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), com vencimento em 20 de dezembro de 2029.

Os recursos líquidos adquiridos pela 5ª Emissão de Debêntures serão utilizados para o pré-pagamento da (i) 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, e (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

Desempenho Operacional

Base de Alunos e Polos

O número de alunos matriculados é uma métrica operacional relevante para a Vitru Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, a Vitru Brasil contava com 824,8 mil alunos matriculados nos cursos que ministra, uma redução de 6,7% em relação ao número de alunos matriculados no mesmo período do ano anterior.

O percentual de alunos matriculados em cursos EAD sobre a base total de alunos é uma métrica relevante, que acreditamos ser a que melhor demonstra o foco na educação digital (compreendendo tanto os cursos de graduação quanto os cursos de educação continuada) e sua relevância para os serviços oferecidos.

Em 31 de dezembro de 2024, os alunos matriculados em cursos EAD representavam 97,5% do total de alunos matriculados, mantendo-se igual ao percentual alcançado em 31 de dezembro de 2023.

É importante destacar que o número de polos é um dos direcionadores que permitem à Companhia aumentar sua base de alunos matriculados. Parte relevante do crescimento da Vitru Brasil é impulsionada pela expansão e posterior maturação dos polos.

A Vitru Brasil expandiu substancialmente suas operações e presença geográfica em todo o Brasil com a abertura de novos polos nos últimos anos. Entretanto, 93,8% dos atuais 2.707 polos ainda estão em ramp-up, representando uma via de crescimento substancial: o índice atual de maturação desses polos é de apenas 36,5%. A Companhia acredita que um polo típico atinge sua capacidade total em termos de número de alunos (e, portanto, considerado maduro) após sete ou oito anos de operação.

Ticket Médio

O ticket médio mensal dos cursos de Graduação EAD da Vitru apresentou um aumento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano passado, passando de R\$ 279,0 no segundo semestre de 2023 para R\$ 305,5 no segundo semestre de 2024.

Este aumento é resultado (i) a mudança no critério de ativação de alunos, que agora exclui alunos não-engajados, resultando em um ticket médio mais representativo da realidade da Vitru; e (ii) a política diferenciada de posicionamento de qualidade da Uniasselvi e Unicesumar, que fortalece a percepção de valor dessas instituições no mercado.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

A Receita Líquida em 2024 foi de R\$ 2.141,8 milhões, um aumento de 9,1% em relação a 2023. Este resultado deveu-se principalmente da expansão contínua do segmento de Graduação EAD, que segue como o principal motor de crescimento da Vitru, sustentado por uma base de alunos cada vez mais engajada. Além disso, o segmento de Educação Continuada registrou um expressivo crescimento em 2024, consolidando-se como uma relevante avenida de expansão para a companhia.

Custos dos Serviços

O custo dos serviços para 2024 foi de R\$ 746,6 milhões, 11,5% superior aos R\$ 669,4 milhões em 2023. Particularmente esse crescimento foi impulsionado por maiores despesas com infraestrutura educacional, incluindo a contratação de tutores, professores e preceptores para apoiar a expansão dos cursos premium. Adicionalmente, o período também foi impactado pela realocação da linha de provisão para contingências, que a partir do 4T24, passou a ser alocada conforme natureza de origem da demanda.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto em 2024 foi de R\$ 1.395,1 milhões, um aumento de 7,8% em comparação aos R\$ 1.293,0 milhões em 2023. Em 2024, a Margem Bruta foi de 65,1%, apresentado uma queda de 0,7 p.p em relação ao ano de 2023. Este crescimento se deve essencialmente ao desempenho dos custos de serviços no ano de 2024.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas em 2024 totalizaram R\$ 397,7 milhões, um aumento de 10,4% em comparação com R\$ 360,4 milhões em 2023. Esse desempenho reflete a estratégia adotada ao longo do ano, que incluiu a contratação de novas agências de marketing, atualização de ferramentas de CRM e pagamento de premiações aos polos, vinculadas ao cumprimento de metas de captação.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas para 2024 foram de R\$ 259,7 milhões, 5,7% superior aos R\$ 245,6 milhões em 2023. Essa pequena variação reflete nossa forte otimização de processos administrativos e ganhos de eficiência na estrutura organizacional. O controle dessas despesas reforça a capacidade da Companhia de otimizar custos administrativos mesmo com a expansão das operações, contribuindo para a alavancagem operacional e a manutenção das margens, em linha com a estratégia de crescimento sustentável no longo prazo.

Lucro Líquido do Período

Em 2024, o Lucro Líquido foi de R\$ 288,7 milhões, 135,4% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento expressivo foi impulsionado tanto pelo crescimento do EBITDA da Companhia quanto pelo impacto positivo do imposto de renda diferido, decorrente de prejuízo fiscal e outras diferenças temporárias.

Fluxo de Caixa Operacional

O Fluxo de Caixa Operacional aumentou 2,1%, passando de R\$ 677,1 milhões em 2023 para R\$ 691,8 milhões em 2024. Essa melhora na geração de caixa foi impulsionada principalmente por ajustes no capital de giro. É importante destacar que a performance foi impactada por variações nos fluxos de contas a pagar e a receber ao longo do ano, além de efeitos não recorrentes. Entre esses efeitos, estão o pagamento único de juros referentes à primeira e à segunda emissões de debêntures, bem como os fees associados ao pré-pagamento dessas linhas, que foram liquidados de forma antecipada, incluindo o pagamento de prêmio decorrente dessa antecipação. Por fim essas iniciativas estão em linha com a estratégia de longo prazo da companhia, focada na otimização da estrutura de capital e na redução dos custos financeiros.

Capex

O Capex em 2024 totalizou R\$ 135,0 milhões, 10,1% superior ao valor de R\$ 122,6 milhões gastos em 2023, esse aumento deveu-se principalmente aos investimentos em aquisição de imobilizado. Esse crescimento reflete a implementação de um projeto estratégico, desenvolvido em parceria com uma consultoria especializada, com o objetivo de identificar oportunidades de capitalização na produção de conteúdo acadêmico. Além disso, a partir de dezembro, passamos a capitalizar investimentos relacionados à Jornada Acadêmica e à Inovação Acadêmica.

Ao longo do ano, houve uma maior concentração de investimentos em imobilizado, com destaque para as obras nos campi de Corumbá e Ponta Grossa da Unicesumar. Também realizamos aquisições para equipar novos laboratórios, resultando em um volume de investimentos superior ao registrado no ano anterior. Essas iniciativas reforçam nosso compromisso com a inovação e a contínua melhoria da infraestrutura acadêmica.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento de receita

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.5.m) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, reconhecidas ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. Essas transações são de alto volume transacional e geradas por sistemas operacionais que reconhecem a receita quando ocorre um dos seguintes gatilhos: (i) engajamento do aluno em atividade acadêmica; e (ii) pagamento de pelo menos uma mensalidade.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita das mensalidades cobradas pelos cursos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) entendimento do fluxo de reconhecimento de receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, incluindo o desenho e a implementação de controles internos relevantes; (ii) avaliação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada; (iii) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação na avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (v) execução de testes amostrais para as transações das receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, confirmando as informações financeiras com o contrato, recebimento subsequente, histórico escolar e/ou outra informação que corrobore o engajamento do aluno; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes identificaram determinadas deficiências nos controles internos que nos levaram a ampliar a extensão e época e modificar a natureza de nossos procedimentos substantivos.

Consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável (“impairment”) de ágios gerados na combinação de negócios

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos de ágios gerados na aquisição de empresas. Esses ativos devem ter o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico. A avaliação e a conseqüente necessidade, ou não, de registro de provisão para não realização do ágio (“impairment”) estão suportadas por estimativas de projeções futuras de fluxos de caixa descontados que levam em consideração o cenário econômico e os planos de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria pois: (i) os valores registrados de ágio são relevantes; e (ii) a determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a definição de premissas de taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e na perpetuidade envolvem incertezas e alto grau de julgamento pela Diretoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos e processos implementados pela Diretoria para análise do valor recuperável dos ágios; (ii) análise dos planos de negócios da Companhia por unidade geradora de caixa; (iii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação e no desafio das premissas significativas, tais como taxa de desconto, bem como metodologia de cálculo utilizada pela Diretoria; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes identificaram determinadas deficiências nos controles internos. Como consequência, avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados.

Consideramos que os critérios de reconhecimento do ágio adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Estimativas adotadas na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos significativos de contas a receber gerados pelas mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber considera uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas em cada data de balanço. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para devedores e para o ambiente econômico.

Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria pois envolve valores relevantes e vistos o grau de julgamento envolvido e as premissas críticas utilizadas na mensuração da estimativa, bem como o impacto que suas oscilações podem trazer às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa incluíram, entre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, validando as taxas de perdas esperadas definidas pela Diretoria, por faixa de vencimento; (iii) testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas a devedores específicos e sobre o ambiente econômico e do modelo utilizado pela Diretoria para determinação da provisão registrada; (iv) validação da posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento, em 31 de dezembro de 2024, que foi base para aplicação dos critérios de mensuração da provisão; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram ajustes imateriais identificados na linha do ativo de provisão para créditos de liquidação duvidosa e no resultado, que foram corrigidos pela Companhia, assim como deficiências nos controles internos da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Como consequência, avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados.

Consideramos que os critérios de provisão para créditos de liquidação duvidosa adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório datado de 26 de agosto de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referentes às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 25 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.087	1.065	21.553	12.971
Aplicações financeiras	7	27.656	39.818	428.973	220.301
Contas a receber	8	34.830	34.509	275.214	235.560
Impostos de renda a recuperar		2.592	5.698	10.681	2.300
Despesas antecipadas	10	2.054	1.308	43.600	19.710
Recebíveis de parceiros	11	188	-	26.306	39.351
Outros ativos		460	299	6.235	40.447
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		73.867	82.697	812.562	570.640
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	8	1	6	42.030	69.127
Despesas antecipadas	10	35	-	3.185	-
Ativos de indenização	18	-	-	17.602	28.426
Impostos diferidos ativos	9	-	116.950	101.966	226.959
Recebíveis de parceiros	11	-	-	54.289	57.277
Outros ativos		-	503	16.758	11.100
Investimento em controladas	12	5.099.432	5.011.079	-	-
Ativos de direito de uso	13	-	-	334.133	349.683
Imobilizado	14	36	-	237.311	205.852
Intangível	15	29.478	17.610	4.205.498	4.342.160
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.128.982	5.146.148	5.012.772	5.290.584
TOTAL DO ATIVO		5.202.849	5.228.845	5.825.334	5.861.224

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		14.236	6.421	143.751	111.726
Empréstimos e financiamentos	16	14.024	1.505.191	14.024	1.505.191
Passivos de arrendamento	13	-	-	56.318	51.621
Salários e encargos sociais	17	7.162	28.215	75.112	90.426
Impostos a pagar sobre o lucro		-	-	13.659	-
Impostos a pagar		815	421	14.690	17.370
Adiantamentos de clientes		2.776	1.902	32.357	45.331
Dividendos a pagar	19	2.888	19.485	2.888	19.485
Outros passivos		852	1.241	2.540	24.640
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		42.753	1.562.876	355.339	1.865.790
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	2.336.558	676.628	2.336.558	676.628
Passivos de arrendamento	13	-	-	270.138	276.213
Impostos a pagar		-	-	-	6.075
Impostos diferidos passivos	9	265.320	730.896	265.320	730.896
Provisões para contingências	18	-	-	36.840	41.878
Partes relacionadas	22	-	8.201	-	8.201
Outros passivos		1	11	2.922	5.310
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.601.879	1.415.736	2.911.778	1.745.201
TOTAL DO PASSIVO		2.644.632	2.978.612	3.267.117	3.610.991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19	2.196.460	2.031.408	2.196.460	2.031.408
Reservas de capital		65.725	43.605	65.725	43.605
Reservas de lucros		296.032	175.220	296.032	175.220
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.558.217	2.250.233	2.558.217	2.250.233
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.202.849	5.228.845	5.825.334	5.861.224

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	23	57.103	56.919	2.141.809	1.962.525
Custo dos serviços prestados	24	(23.588)	(28.534)	(746.646)	(669.479)
LUCRO BRUTO		33.515	28.385	1.395.163	1.293.046
Despesas gerais e administrativas	24	(120.625)	(125.182)	(259.707)	(245.682)
Despesas com vendas	24	(63.651)	(61.868)	(397.720)	(360.401)
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	8	(19.301)	(16.253)	(232.106)	(263.541)
Outras receitas (despesas) líquidas	25	(56.215)	(61)	(57.900)	(8.455)
Despesas operacionais		(259.792)	(203.364)	(947.433)	(878.079)
Resultado de equivalência patrimonial	12	589.887	553.018	-	-
LUCRO OPERACIONAL		363.610	378.039	447.730	414.967
Receitas financeiras	26	10.954	11.096	57.589	58.682
Despesas financeiras	26	(434.439)	(308.962)	(501.243)	(363.781)
Resultado financeiro		(423.485)	(297.866)	(443.654)	(305.099)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		(59.875)	80.173	4.076	109.868
Impostos de renda correntes	9	-	-	(55.907)	(53.611)
Impostos de renda diferidos	9	348.627	42.498	340.583	66.414
Impostos de renda		348.627	42.498	284.676	12.803
LUCRO DO EXERCÍCIO		288.752	122.671	288.752	122.671
Lucro básico por ação (R\$)	20	2,15	0,91	2,15	0,91
Lucro diluído por ação (R\$)	20	2,06	0,91	2,06	0,91

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

LUCRO DO EXERCÍCIO

Outros resultados abrangentes

TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO

Controladora e Consolidado	
2024	2023
288.752	122.671
-	-
288.752	122.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucro do exercício	Total
		Remuneração com base em ações	Ações em tesouraria	Reserva por incorporação	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.031.408	51.924	-	-	4.720	89.670	-	2.177.722
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	122.671	122.671
Destinação do resultado	-	-	-	-	6.134	115.310	(121.444)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(40.000)	(1.227)	(41.227)
Programa de opção de ações aos funcionários	-	(8.319)	-	-	-	-	-	(8.319)
31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.031.408	43.605	-	-	10.854	164.366	-	2.250.233
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	288.752	288.752
Destinação do resultado	-	-	-	-	14.438	271.426	(285.864)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.888)	(2.888)
Aumento de capital	165.052	-	-	-	(686)	(164.366)	-	-
Incorporação reversa (Nota 1.1)	-	-	-	20.215	-	-	-	20.215
Programa de opção de ações aos funcionários	-	5.730	-	-	-	-	-	5.730
Recuperação de ações	-	-	(3.825)	-	-	-	-	(3.825)
31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.196.460	49.335	(3.825)	20.215	24.606	271.426	-	2.558.217

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(59.875)	80.173	4.076	109.868
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	24	126.146	125.671	216.203	212.636
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	8	19.301	16.253	232.106	263.541
Provisão para vendas canceladas	8	-	-	3.342	5.638
Provisão para contingências		-	-	9.814	3.843
Provisão para juros, líquida do rendimento de aplicações financeiras		413.891	304.714	405.761	315.465
Remuneração baseada em ações	21	202	(14.342)	4.175	(9.389)
Perda na venda ou baixa de ativos não circulantes		55.454	-	55.941	9.436
Resultado de equivalência		(589.887)	(553.018)	-	-
Modificação/baixa de contratos de arrendamento		-	-	-	610
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(18.715)	(15.492)	(233.309)	(278.644)
Despesas antecipadas		(781)	21.809	(27.075)	(1.789)
Outros ativos		220	785	39.766	(43.825)
Fornecedores		(1.558)	(1.073)	24.640	12.853
Salários e encargos sociais		(21.053)	23.990	(15.314)	47.321
Outros impostos a pagar		4.105	(101)	(8.755)	7.439
Adiantamentos de clientes		874	436	(12.974)	1.725
Outras contas a pagar		(428)	5.796	(6.579)	20.426
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(72.104)	(4.399)	691.818	677.154
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(53.482)	(48.917)
Juros pagos	13 / 16	(332.594)	(338.008)	(370.257)	(371.865)
Contingências pagas	18	-	-	(12.215)	(12.231)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(404.698)	(342.407)	255.864	244.141
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	14	(36)	-	(58.224)	(51.300)
Aquisição e capitalização de ativos intangíveis	15	(13.101)	(14.137)	(76.799)	(71.285)
Recebimento de valores na venda de imobilizado		-	-	1.075	-
Recebimento de dividendos / Aumento de capital	12	326.695	323.676	-	-
Caixa líquido recebido por efeito da incorporação reversa	1.1.a	4.206	-	4.206	-
Pagamento por aquisição de controlada		-	(487.326)	-	(487.326)
Valor recebido de (investido em) aplicações financeiras, líquido		20.869	(33.102)	(166.938)	(197.000)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		338.633	(210.889)	(296.680)	(806.911)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de passivos de arrendamento	13	-	-	(21.689)	(20.738)
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação		1.833.492	675.828	1.833.492	683.377
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(1.740.869)	(100.869)	(1.740.869)	(100.869)
Prêmio pago por antecipação de debêntures		(15.247)	-	(15.247)	-
Pagamento de dividendos		(6.289)	(21.159)	(6.289)	(21.159)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		71.087	553.800	49.398	540.611
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.022	504	8.582	(22.159)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.065	561	12.971	35.130
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		6.087	1.065	21.553	12.971
		5.022	504	8.582	(22.159)

Consulte a Nota 29 para as principais transações em atividades de investimento e financiamento que não afetam o caixa.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Receita de serviços	63.424	58.294	2.757.702	2.487.626
Outras receitas	(55.778)	(2)	(55.367)	(9.437)
Provisão para perda esperada de créditos, líquida de reversões	(19.301)	(16.253)	(232.106)	(263.541)
Deduções da receita	(4.785)	(91)	(531.651)	(456.697)
	<u>(16.440)</u>	<u>41.948</u>	<u>1.938.578</u>	<u>1.757.951</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas	(38.418)	(34.323)	(200.663)	(170.326)
Publicidade e propaganda	(8.848)	(6.898)	(276.108)	(255.509)
Materiais	(34)	(59)	(26.904)	(30.045)
Outros	(6.139)	(3.544)	(42.961)	(20.840)
	<u>(53.439)</u>	<u>(44.824)</u>	<u>(546.636)</u>	<u>(476.720)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(69.879)</u>	<u>(2.876)</u>	<u>1.391.942</u>	<u>1.281.231</u>
Depreciação e amortização	(126.146)	(125.671)	(216.203)	(212.635)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(196.025)</u>	<u>(128.547)</u>	<u>1.175.739</u>	<u>1.068.596</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	589.887	553.018	-	-
Receitas financeiras	11.453	11.096	60.845	58.682
Valor adicionado total a distribuir	<u>405.315</u>	<u>435.567</u>	<u>1.236.584</u>	<u>1.127.278</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	22.157	38.447	468.643	453.970
Benefícios	1.374	2.667	29.763	33.919
FGTS	952	1.848	36.230	41.290
	<u>24.483</u>	<u>42.962</u>	<u>534.636</u>	<u>529.179</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(343.065)	(40.349)	(163.976)	34.751
Municipais	706	1.284	69.815	68.404
	<u>(342.359)</u>	<u>(39.065)</u>	<u>(94.161)</u>	<u>103.155</u>
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	434.439	308.962	501.243	363.781
Aluguéis	-	37	6.114	8.492
	<u>434.439</u>	<u>308.999</u>	<u>507.357</u>	<u>372.273</u>
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos	2.888	1.227	2.888	1.227
Lucro retidos	285.864	121.444	285.864	121.444
	<u>288.752</u>	<u>122.671</u>	<u>288.752</u>	<u>122.671</u>
Valor adicionado distribuído	<u>405.315</u>	<u>435.567</u>	<u>1.236.584</u>	<u>1.127.278</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Vitru" ou "Companhia") é uma Companhia privada brasileira, organizada e existente de acordo com as Leis do Brasil, constituída em 27 de setembro de 2014, cuja ações são negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com o nome de pregão "VITRUEDUCA" e sob o código de negociação (ticker) "VTRU3". A sede da Companhia está localizada na Rod. José Carlos Daux, 5500 Torre Jurerê A - Sala 212, Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil.

A Companhia tem como atividades preponderantes investimentos em empresas prestadoras de serviços educacionais e a prestação de serviços de educação continuada a distância através da estrutura operacional de suas controladas. A Companhia e suas controladas (coletivamente, o "Grupo"), que têm como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente cursos de graduação e educação continuada, presenciais em seus oito campi em três estados, ou a distância, através de 2.710 centros de ensino ("polos") em todo o país.

A Administração analisou e concluiu que a Companhia possui capacidade para dar continuidade à suas operações. Dessa forma, essas demonstrações financeiras foram elaboradas a base contábil de continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2025.

1.1 Eventos significativos durante o exercício:

a) Incorporação reversa da Vitru Ltd.

A Vitru Limited, sediada nas Ilhas Cayman, foi criada em 2 de setembro de 2020 para a emissão inicial de ações na NASDAQ e tornou-se a única controladora da Vitru Brasil e suas controladas.

Em 07 de junho de 2024 foi concluído o processo de reorganização societária que resultou na incorporação reversa da Vitru Limited (Nasdaq: VTRU) pela Companhia. No âmbito da Incorporação e observados os termos e condições aprovados pelos acionistas da Companhia e da Vitru Limited, conforme aplicável, em 19 de abril de 2024 ("AGE Incorporação" e "EGM Vitru Limited", respectivamente), as ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações Companhia") passaram a ser, naquela data, de titularidade dos acionistas da Vitru Limited, os quais receberam 4 (quatro) Ações Companhia para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Vitru Limited que possuíam.

Em 10 de junho de 2024 a Companhia passou a ter suas ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com o nome de pregão "VITRUEDUCA" e sob o código de negociação (ticker) "VTRU3".

Segue abaixo demonstrativo dos saldos incorporados em comparativo com os saldos patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

ATIVO	31/12/2024		
	Saldo pré incorporação	Saldo incorporado	Saldo pós incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	1.881	4.206	6.087
Aplicações financeiras	27.656	-	27.656
Contas a receber	34.831	-	34.831
Impostos de renda a recuperar	2.592	-	2.592
Despesas antecipadas	2.277	-	2.277
Outros ativos	271	189	460
Investimento em controladas	5.099.432	-	5.099.432
Imobilizado	36	-	36
Intangível	29.478	-	29.478
TOTAL DO ATIVO	5.198.454	4.395	5.202.849

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024		
	Saldo pré incorporação	Saldo incorporado	Saldo pós incorporação
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fornecedores	4.863	9.373	14.236
Empréstimos e financiamentos	2.350.582	-	2.350.582
Salários e encargos sociais	7.162	-	7.162
Impostos a pagar	815	-	815
Adiantamentos de clientes	2.776	-	2.776
Dividendos a pagar	19.909	(17.021)	2.888
Impostos diferidos passivos	265.320	-	265.320
Partes relacionadas	8.201	(8.201)	-
Outros passivos	824	29	853
TOTAL DO PASSIVO	2.660.452	(15.820)	2.644.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.196.460	-	2.196.460
Reservas de capital	45.510	20.215	65.725
Reservas de lucros	296.032	-	296.032
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.538.002	20.215	2.558.217
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.198.454	4.395	5.202.849

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis consideradas materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras são do grupo constituído por Vitru Brasil e suas controladas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela remuneração baseada em ações, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária.

Demonstração do valor adicionado

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas e indiretas	
				2024	2023
FAC Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Cuiabá - MS	Controlada	100%	100%
FAIR Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Rondonópolis - MT	Controlada	100%	100%
Rede Enem Serviços de Internet Ltda	Cursos Preparatórios	Florianópolis - SC	Controlada	100%	100%
UNIASSELVI - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Indaial - SC	Controlada	100%	100%
UNICESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Maringá - PR	Controlada	100%	100%
UNIVINCI - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Guaramirim - SC	Controlada	100%	100%
Centro de Formação Técnica e Profissional Unicesumar Ltda	Cursos técnicos	Maringá - PR	Controlada	100%	-

O Grupo consolida as informações financeiras de todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo até a data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado na demonstração do resultado.

b) Acordos em conjunto

Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor, e não da estrutura legal do acordo em conjunto. O Grupo possui apenas operações em conjunto.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Operações em conjunto

O Grupo reconhece seu direito direto aos ativos, passivos, receitas e despesas de operações em conjunto e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas mantidos em conjunto ou incorridos. Esses foram incorporados nas demonstrações financeiras sob as rubricas apropriadas. Os detalhes da operação em conjunto estão descritos na Nota 2.5.m.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Classificação de circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período do balanço; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado como circulante quando

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os outros passivos como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não circulantes e apresentados pelo seu valor líquido por cada entidade do Grupo.

2.5 Resumo das principais políticas contábeis**a) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal do ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Uma mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos, usando o ativo em seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo em seu maior e melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados relevantes observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis)

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Em cada data de balanço, o Grupo analisa a movimentação dos valores de ativos e passivos que precisam ser remensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para esta análise, o Grupo verifica os principais dados aplicados na última avaliação, confrontando as informações no cálculo da avaliação com os contratos e outros documentos relevantes.

O Grupo também compara a mudança no valor justo de cada ativo e passivo com fontes externas relevantes para determinar se a mudança é razoável.

Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

i. Ativos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contem um componente significativo de financiamento ou para as quais o Grupo aplicou o expediente prático, o Grupo mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros (SPPI)" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente 'Caixa e equivalentes de caixa', 'Aplicações financeiras' e 'contas a receber'.

O Grupo reclassifica ativos financeiros somente quando sua abordagem de negócios para gerenciar esses ativos muda.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR.

Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se falharem no teste de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações correspondentes no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos na demonstração do resultado inclui dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial do Grupo) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando ele nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo pode ser obrigado a restituir.

Impairment de ativos financeiros

Outras divulgações relacionadas ao *impairment* de ativos financeiros também são fornecidas nas seguintes notas:

- Estimativas e premissas contábeis críticas - Nota 3
- Contas a receber - Nota 8

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

O Grupo reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receberá integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e, no caso do custo amortizado, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Os ganhos ou perdas em passivos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial do reconhecimento e somente se os critérios da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. O Grupo designou seu passivo financeiro relacionado à remuneração baseada em ações ao VJR.

Ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros remunerados são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem fornecedores, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor e considerado parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses gastos incluem adiantamento de despesas de marketing para parceiros, licenças de software pré-pago, prêmios de seguro e férias pré-pagas aos funcionários.

e) Ativos de indenização

Quando os acionistas vendedores das entidades adquiridas concordam contratualmente em indenizar o Grupo por valores que possam ser pagáveis em relação a ações judiciais referentes ao período sob sua responsabilidade, os ativos de indenização são registrados na proporção da respectiva provisão. Alterações subsequentes no valor reconhecido para o ativo de indenização podem ocorrer em relação à provisão para contingências, de acordo com mudanças na faixa de resultados ou com as premissas utilizadas para desenvolver a estimativa do passivo no momento da aquisição.

f) Arrendamentos

O Grupo arrenda escritórios, campi e equipamentos. Contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 20 anos, mas podem conter opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados devem ser segurados pelo arrendatário. Os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Passivos de arrendamento

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa, e valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinada. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos na essência do arrendamento ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos nos passivos de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a *impairment*.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação média
Equipamentos de informática	20%
Móveis, equipamentos e instalações	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% - 10%
Livros de biblioteca	10%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa anualmente a vida útil e o valor residual de seus ativos. Com base na revisão concluída para 31 de dezembro de 2024, o Grupo concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são consistentes com suas operações e que não há alterações no valor residual dos ativos.

h) Intangível

Software e desenvolvimento de projetos internos

As licenças de software são capitalizadas e seus custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que ele esteja disponível para uso ou venda;
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O software/projeto pode ser vendido ou usado;
- Os benefícios futuros associados ao software podem ser demonstrados;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o design e para o uso ou venda do software/projeto; e
- As despesas atribuíveis ao software/projeto durante seu desenvolvimento podem ser mensuradas de forma confiável.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software/projeto, incluem os custos com empregados alocados desenvolvimento do software/projeto e uma parcela adequada das despesas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em um período subsequente.

Os custos de software e desenvolvimento de projetos reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil média estimada do software é de 5 anos e a dos custos de desenvolvimento do projeto é de 4 anos.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas registradas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Ágio

O ágio é mensurado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida e outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No caso de uma compra vantajosa, o excesso do valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida sobre o preço de compra é reconhecido na demonstração do resultado na data da aquisição.

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O ágio é contabilizado ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio na entidade alienada.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das relações com clientes, estimada em 4 anos.

Licenças de operação para ensino a distância

As licenças de ensino a distância correspondem ao direito de operar o ensino a distância em um determinado município, com autorização do Ministério da Educação, e para obter esses direitos, uma instituição deve atender a vários requisitos, onde a infraestrutura acadêmica e física é avaliada. Dessa forma, isso foi identificado e alocado à combinação de negócios do Grupo e avaliado como tendo uma vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que essa licença é concedida, a probabilidade de perdê-la é praticamente nula.

As revisões de *impairment* das licenças de operação para ensino a distância são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. As licenças de operação para ensino a distância são contabilizadas ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

Material didático

Materiais didáticos adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os materiais didáticos têm uma vida útil definida e são contabilizados ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das utilizações dos materiais didáticos nas classes, estimada em 5 anos.

Acordos de não-competição

Os acordos de não-competição adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os acordos de não-competição têm vida útil definida e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do acordo de não competição, estimada em 5 anos.

i) Combinações de negócios

O método de contabilização de aquisição é utilizado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de serem adquiridos instrumentos patrimoniais ou outros ativos. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende:

- valores justos dos ativos transferidos;
- passivos incorridos para com os antigos proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias de emissão da Companhia;
- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa combinação de negócios são, com exceções limitadas, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data de aquisição.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados conforme incorridos.

O excesso de

- contraprestação transferida ou a ser transferida;

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

- valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida; e
- o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como uma compra vantajosa

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro for diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa incremental de financiamento da entidade, sendo a taxa à qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de um financiador independente em termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente, quando aplicável, é classificada como patrimônio líquido ou como passivo financeiro. Os valores classificados como passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

j) Impairment de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma indicação, ou quando for necessário o teste anual de *impairment* para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para *impairment* com a finalidade de ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, adotando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

O Grupo baseia seu cálculo de *impairment* com base em previsões e orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente para cada UGC do Grupo à qual os ativos individuais estejam alocados. Esses orçamentos e cálculos de previsão geralmente cobrem um período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros depois do quinto ano.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou grupos de UGCs que se beneficiarão da combinação de negócios e licenças com vida útil indefinida em que o ágio surgiu. As unidades ou grupos de unidades são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno, sendo os segmentos operacionais.

As perdas por *impairment* das operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe um indicativo de que as perdas por *impairment* reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou UGC. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a data em que a última perda por *impairment* foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação), caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O ágio é testado para fins de *impairment* anualmente em 31 de dezembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O *impairment* é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual o ágio está relacionado. Quando o valor recuperável da UGC é menor que o seu valor contábil, é reconhecida uma perda por *impairment*. Perdas por *impairment* relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

k) Provisão para contingências

As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l) Remuneração baseada em ações

O Grupo oferece esquemas de ações a seus gerentes e executivos para a outorga de opções de ações emitidas pelo Grupo, que podem ser liquidadas através da entrega de instrumentos de patrimônio (transações liquidadas com instrumentos de patrimônio) ou por pagamentos em dinheiro (transações liquidadas em caixa).

Transações liquidadas com instrumentos de patrimônio

O custo das transações liquidadas com instrumentos de patrimônio com funcionários é mensurado ao valor justo na data em que as opções são concedidas usando um modelo de avaliação apropriado. O custo é reconhecido como uma despesa de benefícios a empregados, com um aumento correspondente no patrimônio líquido (outras reservas de capital). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição de direito, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas.

Condições por tempo de serviço e desempenho não relacionadas ao mercado não são levadas em consideração ao determinar o valor justo das opções na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos de patrimônio que finalmente serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a uma opção, mas sem um requisito de tempo de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição. As condições de não aquisição são refletidas no valor justo de uma opção e levam ao reconhecimento imediato de uma despesa para uma opção, a menos que haja também condições por tempo de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para opções que, no final das contas, não são adquiridas porque as condições de desempenho não relacionadas ao mercado e/ou por tempo de serviço não foram atendidas. Quando as opções incluem uma condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição, as transações são tratadas como adquiridas, independentemente da condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição ser satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviço sejam atendidas.

O período de serviços relevante pode começar antes da data da outorga. Nessa situação, o Grupo estima o valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga para fins de reconhecimento dos serviços recebidos durante o período entre a data de início do serviço e a data da outorga. Uma vez estabelecida a data da outorga, a entidade revisa a estimativa anterior para que os valores reconhecidos pelos serviços recebidos se baseiem no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

Quaisquer recursos recebidos como resultado de um preço de exercício, líquido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados diretamente ao patrimônio líquido, como um aumento de capital para a emissão de novas ações da Companhia ou uma dedução de ações em tesouraria, quando disponíveis.

Transações liquidadas em caixa

Um passivo é reconhecido ao valor justo de transações liquidadas em caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e em cada data de balanço até a data da liquidação, incluindo as alterações no valor justo reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. O valor justo é debitado ao longo do período até a data de aquisição com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado usando um modelo de avaliação apropriado. A abordagem usada para contabilizar as condições de aquisição na mensuração de transações liquidadas com instrumentos de patrimônio também se aplica a transações liquidadas em caixa.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Na data do balanço, o Grupo revisa suas estimativas do valor justo do passivo (para as transações liquidadas em caixa) e da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço (para transações liquidadas com instrumentos de patrimônio e liquidadas em caixa). O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado prospectivamente. Os julgamentos, estimativas e premissas significativos em relação à remuneração baseada em ações estão descritos mais detalhadamente na Nota 3 (g). Consulte a Nota 21 para obter informações detalhadas sobre as remunerações baseadas em ações.

m) Receitas de contratos com clientes

A receita do Grupo consiste principalmente em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. O Grupo também gera receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos.

Outras receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos.

Contas a receber

As contas a receber representam o direito do Grupo a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulte as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual o Grupo recebeu uma contraprestação (ou uma contraprestação é devida) do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes e são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato, geralmente no mês seguinte.

Operações em conjunto com parceiros de polos

Um polo é uma unidade operacional local que pode ser de propriedade do Grupo ou de terceiros (parceiros de polos) e tem a responsabilidade de oferecer aos alunos a estrutura necessária em termos de recursos audiovisuais, biblioteca e tecnologia da informação, para apoiar os cursos à distância.

O acordo contratual entre o Grupo e cada parceiro de polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos de cada parceiro de polo sobre as receitas relacionadas e as obrigações pelas respectivas despesas. Nesse sentido, as receitas de ensino a distância e as respectivas contas a receber são reconhecidas apenas para a parcela do direito do Grupo à receita conjunta. Como resultado, quando o Grupo recebe a mensalidade total do aluno, uma obrigação mensal para com o parceiro de polo é provisionada sob a rubrica fornecedores.

n) Resultado financeiro

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda é identificada em relação às contas a receber, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do instrumento. Posteriormente, à medida que o tempo passa, as taxas de juros são incorporadas às contas a receber, a crédito de receita financeira. Essa receita financeira é calculada à mesma taxa de juros efetiva utilizada para calcular o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre parcelamento de impostos e outros passivos financeiros, incluindo os juros incorridos sobre as debêntures emitidas e passivos de arrendamento.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

o) Lucro por ação (LPA)

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias
- pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 20).

O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:

- o efeito depois dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e
- a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

p) Impostos*Incentivos fiscais*

As empresas de ensino superior mantidas pelo Grupo fazem parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção:

- Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")
- Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

Impostos de renda correntes

Os impostos de renda no Brasil são compostos por IRPJ e CSLL. De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de renda de cada entidade são calculados com base no lucro, ajustado ao lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Os impostos de renda correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente em relação ao programa Prouni, que permite a isenção desses impostos das atividades tradicionais e tecnológicas de graduação.

O benefício do programa ProUni para imposto de renda é baseado em um percentual fixo de bolsas aprovadas concedidas pelo governo federal aos alunos mediante solicitação de cada aluno e é deduzido da receita bruta da mensalidade durante toda a duração dos estudos de graduação do aluno (independentemente do valor da mensalidade definido previsto no contrato de prestação de serviços) e desde que o aluno continue cumprindo as exigências de bolsas impostas pelo governo a cada semestre durante o curso de graduação. O Grupo reconhece os benefícios econômicos das bolsas do ProUni como deduções fiscais, quando aplicável

Os impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor previsto a ser ressarcido pelas, ou pago às, autoridades fiscais. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Impostos de renda diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expiram.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido.

Impostos sobre vendas e outros

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não puderem ser recuperados pelas autoridades fiscais, nesse caso, o imposto sobre vendas será reconhecido como parte do custo de aquisição do item de ativo ou despesa, conforme aplicável.
- Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas nominais:

PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estamos atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo.

O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente, e para as atividades não-didáticas, PIS e COFINS são cobrados com base no método não cumulativo às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Esses são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que o Grupo atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2,00% a 5,00%.

INSS é uma contribuição previdenciária devida sobre os salários pagos aos empregados.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**a) Novas normas, interpretações e alterações adotadas pelo Grupo.**

O Grupo implementou as seguintes novas normas, interpretações e as alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante e Passivos Não Circulantes com Covenants – Alterações ao IAS1 / CPC 26 (R1);
- Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.
- Passivo de Arrendamento em uma Venda e Arrendamento – Alterações ao IFRS 16;
- Acordos de Financiamento de Fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.

b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

- Alterações ao IAS 21 -- Falta de permutabilidade (efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025)

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 para ajudar as entidades a determinar se uma moeda é trocável em outra moeda e qual taxa de câmbio à vista usar quando não for.

O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas alterações;

esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de sistema eletrônico de transferência de dinheiro;

esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério somente pagamentos de principal e juros (SPPI);

adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança);

e atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).

O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (em vigor para períodos anuais começando em ou após 1º de janeiro de 2027)

Emitida em maio de 2024, a IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as Normas Contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. O Grupo não espera que essa norma tenha impacto em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras (em vigor para períodos anuais começando em ou após 1º de janeiro de 2027)

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração de desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Outras divulgações relacionadas à exposição do Grupo a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - Nota 6
- Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos - Nota 4.4
- Análises de sensibilidade - Nota 4.4.a

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgem e estão fora do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas em que ocorrem.

a) *Impairment* de ativos não financeiros

O *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") ou grupo de UGCs excede seu valor recuperável, definido como o maior entre seu valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de alienação é baseado em dados disponíveis de transações de vendas vinculativas, conduzidas como se fosse com partes não relacionadas, para ativos similares ou preços observáveis de mercado menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (modelo "DCF"). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Essas estimativas são mais relevantes para o ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável de cada UGC, incluindo uma análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 15.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

b) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 5 para mais detalhes.

c) Perdas de crédito em contas a receber

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, aplicando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera que as contas a receber estão em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receba integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na nota 8.

d) Provisão para contingências

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos, conforme divulgado na Nota 18. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Prazo de arrendamento dos contratos com opções de renovação

O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento.

O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

g) Remuneração baseada em ações

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, que dependem dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga e em cada data de balanço, para a parcela referente à transações liquidadas em caixa.

O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo, incluindo as seguintes:

- estimativa do valor justo com base em transações de patrimônio com terceiros próximos à data da outorga;
- outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes.

Essas estimativas também exigem a determinação dos dados mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação, volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e rendimento esperado de dividendos.

4. Ativos e passivos financeiros

4.1. Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	6.087	1.065	21.553	12.971
Aplicações financeiras	27.656	39.818	428.973	220.301
Contas a receber	34.831	34.515	317.244	304.687
Total	68.574	75.398	767.770	537.959
Circulante	68.573	75.392	725.740	468.832
Não circulante	1	6	42.030	69.127

4.2. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ao custo amortizado				
Fornecedores	14.236	6.421	143.751	111.726
Passivos de arrendamento	-	-	326.456	327.834
Empréstimos e financiamentos	2.350.582	2.181.819	2.350.582	2.181.819
Total	2.364.818	2.188.240	2.820.789	2.621.379
Circulante	28.260	1.511.612	214.093	1.668.538
Não circulante	2.336.558	676.628	2.606.696	952.841

4.3. Valor Justo

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber no ativo circulante, fornecedores e passivos de arrendamento se aproximam de seus valores contábeis em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. As contas a receber no ativo não circulante e os passivos de arrendamento têm seu valor contábil descontado à sua respectiva taxa de juros efetiva, a fim de serem apresentadas o mais próximo possível de seu valor justo.

Os empréstimos e financiamentos são compostos pela terceira, quarta e quinta emissões de debêntures que estão registradas próximo ao valor justo, considerando que o custo financeiro é substancialmente composto por taxa variável.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

4.4. Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos

Os principais passivos financeiros do Grupo compreendem empréstimos e financiamento, fornecedores e passivos de arrendamento. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política do Grupo é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo.

A análise de sensibilidade nas seções a seguir se refere à posição em 31 de dezembro de 2024.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente a aplicações financeiras, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA).

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras, contas a receber, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

	Saldo em 31/12/2024	Índice - % ao ano	Cenário provável	Risco	Aumento / redução na taxa de juros	
					Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
Aplicações financeiras	428.973	CDI - 10,88%	46.672	Redução	35.004	11.668
Contas a receber	6.314	IPCA - 4,83%	305	Redução	229	76
Passivos de arrendamento	326.456	IGP-M - 6,53%	21.318	Aumento	26.647	37.306
Empréstimos e financiamentos	2.350.582	CDI - 10,88%	255.743	Aumento	319.679	447.551

O cenário provável reflete as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação no final do ano. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 75%, tanto de alta quanto de baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber.

O risco de crédito do cliente é gerenciado pelo Grupo com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 8 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria do Grupo, de acordo com a política do Grupo. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os valores contábeis de seus ativos financeiros.

d) Risco de liquidez

A Administração do Grupo é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo do Grupo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Os principais requisitos de recursos financeiros utilizados pelo Grupo decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais, obrigações com salários e encargos sociais, passivos de arrendamentos e empréstimos e financiamentos.

Controladora Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	14.236	-	-	-	14.236
Empréstimos e financiamentos	327.085	1.402.310	1.722.064	-	3.451.459
Total	341.321	1.402.310	1.722.064	-	3.465.695

Consolidado Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	143.751	-	-	-	143.751
Passivos de arrendamento	59.641	110.237	93.424	377.790	641.092
Empréstimos e financiamentos	327.085	1.402.310	1.722.064	-	3.451.459
Total	530.477	1.512.547	1.815.488	377.790	4.236.302

5. Valor justo

O Grupo avaliou que os valores justos dos instrumentos financeiros a custo amortizado, tais como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, recebíveis comerciais correntes e contas a pagar comerciais se aproximam de suas quantias escrituradas em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os empréstimos e financiamentos são compostos pela terceira, quarta e quinta emissões de debêntures, sendo que as mesmas estão registradas próximo ao valor justo, considerando que o custo financeiro é substancialmente composto por taxa variável.

6. Gerenciamento do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações.

Em 31 de Dezembro de 2023, o Grupo possuía uma estrutura de capital impactada por sua estratégia de crescimento, organicamente ou por meio de aquisições, em especial a combinação de negócios com a Unicesumar. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O capital é administrado considerando a posição consolidada no nível da Companhia, mas também observando eventuais limitações e covenants financeiros.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

O Grupo possui os seguintes covenants vinculados aos títulos de debêntures emitidos:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a:

3,5 x (três vezes e meia), a ser verificado com base nas informações financeiras trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora, sendo a apuração inicial com base no trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 e nos semestres subsequentes até o vencimento das debêntures;

EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a:

2,0x (duas vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e nos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures.

A não observância, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros acima causa o vencimento antecipado não automático da debêntures. Os índices financeiros serão apurados conforme indicado abaixo, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e/ou informações trimestrais consolidadas da Emissora, verificados pelo Agente Fiduciário até a Data de Vencimento e/ou pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, o que ocorrer primeiro, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, pelos auditores independentes contratados pela Emissora.

Para fins deste item:

“Dívida Financeira” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, qualquer valor devido, no Brasil ou no exterior, em decorrência exclusivamente de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil (exceto aluguel de imóveis), leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável, sendo certo que a Dívida Financeira não considerará passivos referentes a arrendamentos mercantis (aluguel de imóveis);

“Dívida Financeira Líquida” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a sua Dívida Financeira deduzida, exclusivamente, do somatório do caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus;

“EBITDA Ajustado” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, exclusivamente, o lucro líquido do período, acrescido dos tributos (correntes e diferidos) sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das depreciações, amortizações e exaustões (incluindo despesas de impairment), dos juros e multas sobre mensalidades em atraso, das despesas com planos de stock Options, da linha de Outras Despesas e Receitas, e das despesas com M&A, oferta de ações e reestruturações, todos calculados de acordo com as definições do release de resultados da Emissora mais recente, sendo certo que, ademais, o EBITDA Ajustado deverá considerar as despesas com aluguéis pagos;

“Resultado Financeiro Líquido” significa Receitas Financeiras menos (-) Despesas Financeiras;

“Receitas Financeiras” significa o somatório, exclusivamente, dos juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, e receitas relacionadas a hedge/derivativos; e

“Despesas Financeiras” significa o somatório, exclusivamente, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações, excluindo juros sobre capital próprio e despesas com aluguéis pagos, sendo certo que, serão expurgados de tal rubrica os efeitos e custos contábeis decorrentes de eventual pré-pagamento (ou amortização) de dívidas de emissão da Companhia nas medições do Índice Financeiro a serem realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referente ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2024 e nas informações trimestrais consolidadas da Emissora referentes a todos os trimestres de 2025

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

A Companhia obteve wayver de seus debenturistas da terceira e quarta emissões para subtração da rubrica “despesas financeiras” descrita acima em até R\$ 60.000 referentes a efeitos e custos contábeis decorrentes de eventual pré-pagamento (ou amortização) de dívidas de emissão da Companhia nas medições do Índice Financeiro a serem realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referente ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2024 e nas informações trimestrais consolidadas da Emissora referentes a todos os trimestres de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Grupo está cumprindo todos os covenants atingindo os seguintes índices:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado: 2,59

EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido: 2,04

7. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6.087	1.065	21.553	12.971
Aplicações financeiras (i)	27.656	39.818	428.973	220.301

(i) Aplicações financeiras são compostas por depósitos em fundos com liquidez diária, indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A média de rendimento desses depósitos é 11,32% a.a., correspondentes a 104,04% do CDI (2023 – 13,49% a.a. – 103,45% do CDI).

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mensalidades	62.560	54.652	456.950	479.939
FIES e UNIEDU Créditos Garantidos	-	-	41.077	52.845
PEP - Pagamento Especial em Prestações (i)	-	-	6.314	12.375
CREDIN - Crédito Educacional Interno (ii)	-	-	38.883	39.992
Provisão para vendas canceladas	-	-	(15.492)	(12.150)
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(27.729)	(20.137)	(210.488)	(268.314)
Total de contas a receber	34.831	34.515	317.244	304.687
Circulante	34.830	34.509	275.214	235.560
Não circulante	1	6	42.030	69.127

(i) Em 2015, foi introduzido um programa especial de pagamento parcelado (PEP) para facilitar a entrada de estudantes que não podiam se qualificar para o FIES, devido a mudanças ocorridas no programa na época. Esses recebíveis rendem juros de 4,83% a.a. e, dado o longo prazo das parcelas, foram descontados à taxa interbancária de 10,88% a.a..

(ii) A Unicesumar possui um programa semelhante ao PEP, onde é deduzido um percentual fixo do valor bruto da mensalidade dos serviços prestados durante toda a duração da graduação do aluno. Após a formatura, os alunos devem pagar as deduções durante um prazo igual ao período da graduação cursada pelo aluno com os valores atualizados do curso concluído.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Os saldos de contas a receber por faixa de vencimento estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recebíveis a vencer	43.585	37.951	215.374	194.377
Recebíveis vencidos				
De 1 a 30 dias	181	172	51.200	55.948
De 31 a 60 dias	2.241	2.014	35.985	43.933
De 61 a 90 dias	2.068	1.820	37.153	45.104
De 91 a 180 dias	5.699	4.910	66.375	84.106
De 181 a 365 dias	8.786	7.785	137.137	161.683
Provisão para cancelamento de receita	-	-	(15.492)	(12.150)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(27.729)	(20.137)	(210.488)	(268.314)
	34.831	34.515	317.244	304.687

Os cancelamentos consistem em deduções à receita para ajustá-la à extensão que seja provável que não será revertida, relacionada a solicitações de alunos que não participaram de aulas e não reconhecem o serviço prestado ou estão insatisfeitos com os serviços prestados, geralmente porque não se adaptaram à plataforma ou à sua própria escolha de assunto. Uma provisão para cancelamento é estimada usando o método do valor esperado, que considera a experiência acumulada e é atualizado no final de cada exercício para mudanças nas expectativas.

As alterações na provisão para cancelamento de receita do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2024	2023
No início do exercício		
Adições	(12.150)	(6.512)
Reversões	(17.096)	(6.598)
	13.754	960
No final do exercício	(15.492)	(12.150)

O Grupo registra a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber mensalmente, analisando os valores faturados no mês, o volume mensal de recebíveis e os respectivos valores pendentes por faixa de pagamento em atraso, calculando o desempenho de recuperação. De acordo com essa metodologia, o valor faturado mensalmente e cada faixa de pagamento em atraso recebe uma porcentagem da probabilidade de perda acumulada de forma recorrente.

Quando o atraso excede 365 dias, o recebível é baixado. Mesmo para créditos baixados, os esforços de cobrança continuam e seu recebimento é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, quando incorrido, como recuperação de perdas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No início do exercício				
Baixa de incobráveis	(20.137)	(14.406)	(268.314)	(208.535)
Provisão líquida de reversões	11.709	10.522	289.932	203.762
	(19.301)	(16.253)	(232.106)	(263.541)
No final do exercício	(27.729)	(20.137)	(210.488)	(268.314)

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

9. Impostos de renda correntes e diferidos

a) Reconciliação dos impostos de renda na demonstração do resultado

Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades do Grupo, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos impostos	(59.875)	80.173	4.076	109.868
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda às alíquotas nominais	20.358	(27.259)	(1.386)	(37.355)
Receita isenta de tributação - benefício Prouni (i)	-	-	186.137	185.399
Imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízos fiscais (ii)	-	(118.273)	(3.269)	(123.408)
Reconhecimento de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores (iii)	128.078	-	128.078	-
Despesas não dedutíveis	(370)	-	(24.863)	(12.057)
Resultado de equivalência de controladas	200.561	188.030	-	-
Outros	-	-	(21)	224
Total do imposto de renda e da contribuição social	348.627	42.498	284.676	12.803
Alíquota efetiva	582%	(53)%	(6.984)%	(12)%
Despesa de impostos de renda correntes	-	-	(55.907)	(53.611)
Receita de impostos de renda diferidos	348.627	42.498	340.583	66.414

(i) O Programa Universidade para Todos - Prouni, estabelece, através da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de certos impostos federais para instituições de ensino superior que concedem bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda matriculados nos programas de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior do Grupo estão incluídas neste programa.

(ii) Algumas controladas da Companhia possuem prejuízos fiscais sem previsão de realização.

(iii) A administração da Companhia autorizou a implantação de um plano de reestruturação societária a ser implementado durante o ano de 2025 para que a Companhia se torne uma holding operacional, desenvolva parte das atividades e tenha uma estrutura mais eficiente. A reestruturação societária também tem objetivo de simplificação de estrutura societária, melhor administração financeira e uma possível eficiência fiscal. Como efeito do plano de reestruturação a Companhia espera ter receita tributária a partir do segundo semestre de 2025 e compensar todo o saldo de prejuízo fiscal até 2033.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

b) Imposto de renda diferido

Controladora	Balanço		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	382.905	93.242	289.663	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	16.557	7.718	8.839	-
Provisões trabalhistas	2.528	15.413	(12.885)	-
Outras provisões	2.176	577	1.600	-
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(669.486)	(730.896)	61.410	42.498
Total	(265.320)	(613.946)	348.627	42.498
Impostos diferidos ativos, conforme balanço patrimonial	-	116.950		
Impostos diferidos passivos, conforme balanço patrimonial	(265.320)	(730.896)		

Consolidado	Balanço		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	382.905	93.242	289.663	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	77.993	90.892	(12.899)	31.153
Provisões trabalhistas	14.152	19.036	(4.884)	19.036
Contratos de leasing	8.145	3.937	4.208	(3.210)
Provisão para cancelamento de receita	5.267	4.131	1.136	3.141
Provisão para contingências	6.460	4.521	1.939	372
Outras provisões	11.210	11.200	10	(26.576)
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(669.486)	(730.896)	61.410	42.498
Total	(163.354)	(503.937)	340.583	66.414
Impostos diferidos ativos, conforme balanço patrimonial	101.966	226.959		
Impostos diferidos passivos, conforme balanço patrimonial	(265.320)	(730.896)		

Os impostos diferidos acima foram registrados à taxa nominal de 34%. De acordo com a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser transportados indefinidamente, no entanto, o prejuízo transportado só pode ser usado para compensar até 30% do lucro tributável do ano.

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Diferido ativo	Diferido passivo	Diferido ativo	Diferido passivo
2025	42.840	(41.837)	130.959	(41.837)
2026	30.542	(41.837)	31.242	(41.837)
2027	41.626	(41.837)	42.326	(41.837)
2028	60.107	(38.824)	60.700	(38.824)
2029 a 2034	229.051	(505.151)	240.905	(505.151)
Total	404.166	(669.486)	506.132	(669.486)

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos aos parceiros de polos	873	682	16.830	10.734
Adiantamentos a fornecedores	578	531	18.752	4.394
Licenças de software	192	14	5.787	2.292
Material Didático	-	-	2.697	-
Adiantamentos a funcionários	123	53	2.142	1.986
Seguros	210	28	463	304
Outros	113	-	114	-
Despesas antecipadas	2.089	1.308	46.785	19.710

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

11. Recebíveis de parceiros

Os recebíveis de parceiros de polos são valores em dinheiro transferidos para os polos que serão descontados dos repasses futuros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos cedidos	188	-	80.595	96.628
Total de contas a receber	188	-	80.595	96.628
Circulante	188	-	26.306	39.351
Não circulante	-	-	54.289	57.277

Abaixo a expectativa de realização dos recebíveis de parceiros para os saldos em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
2025	188	26.306
2026	—	23.709
2027	—	21.046
2028 - 2032	—	9.534
Saldo em 31 de dezembro de 2024	188	80.595

12. Investimentos em controladas

Composição dos investimentos da Controladora:

	31/12/2024	31/12/2023
Equivalência patrimonial	1.021.783	753.063
Ágio e outros ativos intangíveis gerados por combinação de negócios	4.077.649	4.258.016
Total Investimentos	5.099.432	5.011.079

Movimentação dos investimentos da Controladora:

Movimentação equivalência patrimonial:

Controladas	UNIASSELVI	UNICESUMAR	FAMEG	FAIR	FAC	REDE ENEM	TOTAL
Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2024	493.371	520.201	2.290	2.973	2.908	40	
Lucro (prejuízo) no exercício findo em 31/12/2024	110.705	488.775	(4.355)	(1.301)	(2.517)	(1.420)	
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Em 31 de dezembro de 2023	432.300	311.426	2.778	3.074	3.425	60	753.063
Programa de opção de ações	5.528	-	-	-	-	-	5.528
Aumento de capital	24.000	-	4.100	1.200	2.000	1.400	32.700
Distribuição de dividendos	(79.162)	(280.000)	(233)	-	-	-	(359.395)
Equivalência patrimonial	110.705	488.775	(4.355)	(1.301)	(2.517)	(1.420)	589.887
Em 31 de dezembro de 2024	493.371	520.201	2.290	2.973	2.908	40	1.021.783

A empresa Centro de Formação Técnica e Profissional Unicesumar Ltda foi criada no final do ano de 2024 e não teve nenhum tipo de movimentação no período.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo intangível gerado por combinação de negócio:

	2024	2023
Em 01 de janeiro	4.258.016	4.382.993
Amortização de outros intangíveis gerados em combinação de negócios	(124.913)	(124.977)
Baixa de outros intangíveis gerados em combinação de negócios	(55.454)	-
Em 31 de dezembro	4.077.649	4.258.016

13. Arrendamentos

A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso do Grupo relacionados a edificações usadas como escritórios e polos, passivos de arrendamento e a movimentação durante o exercício:

Consolidado	Ativo de direito de uso		Passivos de arrendamento	
	2024	2023	2024	2023
Em 1 de janeiro	349.683	350.393	327.834	323.339
Novos contratos	11.801	3.274	11.801	3.274
Remensuração pelo índice (i)	8.510	23.878	8.510	23.878
Alteração de contratos (ii)	-	(2.529)	-	(1.919)
Despesa de depreciação	(35.861)	(25.333)	-	-
Provisão para juros	-	-	37.663	33.857
Pagamento de principal	-	-	(21.689)	(20.738)
Pagamento de juros	-	-	(37.663)	(33.857)
Em 31 de dezembro	334.133	349.683	326.456	327.834
Circulante	-	-	56.318	51.621
Não circulante	334.133	349.683	270.138	276.213

(i) Os passivos de arrendamento e os ativos de direito de uso foram aumentados em relação aos pagamentos variáveis do arrendamento, como resultado de preços de aluguel anuais ajustados contratualmente pela taxa de inflação do mercado Índice Geral de Preços do Mercado ou IGP-M.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Grupo alterou o objeto de um contrato de arrendamento com um efeito no resultado no valor de R\$ 610 reconhecido na linha de outras receitas (despesas) líquidas.

O Grupo reconheceu uma despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R\$ 6.114 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023 - R\$ 8.492), representado principalmente por arrendamentos de equipamentos de telefonia e informática.

Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Consolidado	31/12/2024	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação a pagar	641.092	(314.636)
PIS/COFINS potencial (3,65%)	23.400	(11.484)

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Abaixo a Companhia divulga os inputs mínimos para projeção do modelo de taxa nominal e fluxo de caixa nominal requerido pela CVM. Taxa média ponderada e inflação projetada:

	<u>até 12 meses</u>	<u>de 13 a 24 meses</u>	<u>de 25 a 36 meses</u>	<u>de 37 a 48 meses</u>	<u>acima de 48 meses</u>
Taxa média ponderada	10,99%	10,21%	10,83%	11,09%	9,86%
Inflação projetada	5,50%	4,22%	3,90%	3,50%	3,73%

A taxa média ponderada corresponde a taxa de desconto considerada nos contratos de arrendamento vigentes agrupados por período de vencimento.

A inflação projetada é demonstrada para fins de cálculos do fluxo de caixa, conforme tabela acima. A fonte considerada é o relatório Focus do Banco Central.

A maturidade dos contratos é apresentada na nota 4.4.d. (Risco de liquidez)

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

	Equipamentos de TI	Móveis, equipamentos e instalações	Livros da biblioteca	Veículos	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento (i)	TOTAL
Consolidado								
Em 31 de dezembro de 2022								
Valor residual	33.287	79.990	4.208	1.160	4.566	60.716	10.648	194.575
Aquisições	17.511	23.998	645	—	—	1.487	7.659	51.300
Transferências	49	618	—	—	—	7.812	(8.479)	—
Baixas	(1.430)	(3.776)	(1)	(211)	—	(50)	—	(5.468)
Depreciação	(12.653)	(13.385)	(1.454)	(305)	—	(6.758)	—	(34.555)
Em 31 de dezembro de 2023								
Valor residual	36.764	87.445	3.398	644	4.566	63.207	9.828	205.852
<i>Custo</i>	<i>77.215</i>	<i>150.692</i>	<i>38.363</i>	<i>4.376</i>	<i>4.566</i>	<i>94.681</i>	<i>9.828</i>	<i>379.721</i>
<i>Depreciação acumulada</i>	<i>(40.451)</i>	<i>(63.247)</i>	<i>(34.965)</i>	<i>(3.732)</i>	<i>—</i>	<i>(31.474)</i>	<i>—</i>	<i>(173.869)</i>
Aquisições	11.043	34.737	725	—	—	792	10.927	58.224
Transferências	—	—	—	—	—	7.753	(7.753)	—
Baixas	(1.492)	(1.206)	—	—	—	(675)	(863)	(4.236)
Incorporação reversa (Nota 1.1)	20	—	—	—	—	—	—	20
Depreciação	(7.132)	(11.486)	(856)	(262)	—	(2.813)	—	(22.549)
Em 31 de dezembro de 2024								
Valor residual	39.203	109.490	3.267	382	4.566	68.264	12.139	237.311
<i>Custo</i>	<i>86.612</i>	<i>184.068</i>	<i>38.968</i>	<i>4.149</i>	<i>4.566</i>	<i>102.596</i>	<i>12.139</i>	<i>433.098</i>
<i>Depreciação acumulada</i>	<i>(47.409)</i>	<i>(74.578)</i>	<i>(35.701)</i>	<i>(3.767)</i>	<i>—</i>	<i>(34.332)</i>	<i>—</i>	<i>(195.787)</i>

Não há evidências de que os valores contábeis do imobilizado excedam os valores recuperáveis.

(i) Referem-se a obras em andamento para melhorias nas instalações utilizadas pelo Grupo, relacionadas à acessibilidade e modernização das instalações.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

15. Intangível

	Software	Desenvolvimento de projetos internos	Marcas registradas (i)	Licenças de operação para ensino a distância	Licenças de operação de cursos de medicina	Acordos de não-competição	Carteira de clientes	Materiais didáticos	Ágio por rentabilidade futura	TOTAL
Consolidado										
Em 31 de dezembro de 2022										
Valor residual	60.019	64.721	393.863	1.458.209	55.454	250.378	261.190	21.168	1.862.589	4.427.591
Aquisição e capitalização	21.858	49.427	—	—	—	—	—	—	—	71.285
Transferências	20.873	(20.873)	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixas	(3.968)	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.968)
Amortização	(17.812)	(17.580)	(17.885)	—	—	(36.061)	(54.549)	(8.861)	—	(152.748)
Em 31 de dezembro de 2023										
Valor residual	80.970	75.695	375.978	1.458.209	55.454	214.317	206.641	12.307	1.862.589	4.342.160
<i>Custo</i>	178.303	124.449	437.390	1.458.209	55.454	283.242	395.220	33.928	1.930.042	4.896.237
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	(97.333)	(48.754)	(61.412)	—	—	(68.925)	(188.579)	(21.621)	(67.453)	(554.077)
Aquisição e capitalização	16.318	60.481	—	—	—	—	—	—	—	76.799
Transferências	1.144	(1.144)	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixas (ii)	—	(214)	—	—	(55.454)	—	—	—	—	(55.668)
Amortização	(21.863)	(18.572)	(17.887)	—	—	(36.062)	(54.548)	(8.861)	—	(157.793)
Em 31 de dezembro de 2024										
Valor residual	76.569	116.246	358.091	1.458.209	—	178.255	152.093	3.446	1.862.589	4.205.498
<i>Custo</i>	195.843	183.561	437.390	1.458.209	—	283.242	395.220	33.928	1.930.042	4.917.435
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	(119.274)	(67.315)	(79.299)	—	—	(104.987)	(243.127)	(30.482)	(67.453)	(711.937)

- (i) O Grupo detém os direitos de diversas marcas, como Assevim, FAC, FAIR, FAMESUL e outras, no entanto, as marcas Uniasselvi e Unicesumar são as únicas reconhecidas como ativo intangível, em decorrência da combinação de negócios.
- (ii) A Companhia realizou a baixa do ativo intangível Licenças de operação de cursos de medicina, devido o reconhecimento do ativo ter sido atrelado à vagas adicionais de medicina no campus de Corumbá – MS onde, na data do fechamento da combinação de negócios, foi avaliada uma probabilidade de serem concedidas 40 vagas adicionais às 50 já existentes, dentro de 100 vagas possíveis. Em 2024 o MEC indeferiu esse pedido de vagas adicionais, levando ao impairment do ativo.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Teste de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil indefinida

O ágio, as licenças de operação para ensino à distância e as licenças de operação de cursos de medicina foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que estão identificadas ao nível dos segmentos operacionais do Grupo identificados na Nota 28.

O resumo em nível de segmento operacional da alocação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida e as principais premissas para as UGCs que possuem ágio significativo alocado a elas são apresentados abaixo:

Segmento operacional	Ensino à distância		Educação continuada		Graduação presencial	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Alocação por segmento operacional						
Ágio por rentabilidade futura	1.398.488	1.398.488	32.996	32.996	431.105	431.105
Licenças de operação para ensino a distância	1.425.894	1.425.894	32.315	32.315	-	-
Licenças de operação de cursos de medicina	-	-	-	-	-	55.454
Ativos intangíveis sem vida útil	2.824.382	2.824.382	65.311	65.311	431.105	486.559
Premissas chave:						
Taxa de crescimento da receita operacional (i)	8,2%	15,2%	22,6%	34,5%	4,0%	5,7%
Taxa de desconto (ii)	13,4%	9,4%	13,4%	9,4%	13,4%	9,4%
Taxa de continuidade (iii)	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Margem bruta (iv)	71,6%	76,0%	88,8%	76,3%	51,9%	44,9%

- (i) A taxa de crescimento da receita operacional líquida é baseada no crescimento histórico da base de alunos e nas expectativas da administração em relação ao desenvolvimento do mercado.
- (ii) A taxa de desconto antes dos impostos reflete riscos específicos relativos ao segmento e país em que o Grupo atua.
- (iii) A taxa de continuidade não excede a taxa média de crescimento de longo prazo para o setor da educação em que a UGC opera e é composta principalmente pela inflação esperada.
- (iv) A margem bruta orçada é a margem média como percentagem da receita durante o período de previsão de cinco anos. Baseia-se nos níveis atuais de margem de vendas e está alinhado com o histórico operacional do Grupo e as expectativas da administração para o desempenho futuro.

Com base nas recentes mudanças na legislação e no crescimento do mercado de educação digital no Brasil, a Administração espera ter um forte crescimento nos cursos de graduação em educação digital, principalmente através de investimentos em melhorias para ampliação das unidades existentes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem a utilização de premissas. Os cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração abrangendo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos são extrapolados utilizando as taxas de crescimento de longo prazo estimadas acima indicadas.

Não houve redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Tipo	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	De CDI + 1,75% até CDI + 2,45% a.a.	Nov/26 à Dez/29	2.350.582	2.181.819
Empréstimos e Financiamentos			2.350.582	2.181.819
Circulante			14.024	1.505.191
Não circulante			2.336.558	676.628

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

b) Variação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 1 de janeiro	2.181.819	1.620.216
Adição por emissão de debêntures	1.833.492	675.828
Reconhecimento de juros	408.734	264.313
Pagamento de principal	(1.740.869)	(100.869)
Pagamento de juros	(332.594)	(277.669)
Saldo em 31 de dezembro	2.350.582	2.181.819

Emissão de novas debêntures.

Em 20 de junho de 2024, a Companhia emitiu sua quarta série de debêntures, no valor de R\$ 850.000 contendo 850.000 títulos com vencimento entre junho de 2027 e junho de 2029. O valor nominal de cada título é de R\$ 1.000,00.

Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu sua quinta série de debêntures, no valor de R\$ 1.000.000 contendo 1.000.000 títulos com vencimento entre dezembro de 2027 e dezembro de 2029. O valor nominal de cada título é de R\$ 1.000,00.

Amortização extraordinária de debêntures

Em 02 de julho de 2024 a Companhia executou uma amortização extraordinária facultativa das debêntures da 2ª série da 1ª Emissão, perfazendo o montante total de Amortização Extraordinária de R\$ 650.000, dos quais R\$ 625.019 foram amortização do saldo devedor e R\$ 24.981 pagamento de juros.

Além da amortização acima foi pago o valor de R\$ 6.500 referente ao prêmio previsto na escritura da debênture se a Companhia optasse pela realização de amortização extraordinária facultativa antecipada.

Em 27 de dezembro de 2024 a Companhia executou duas amortizações extraordinárias facultativas das debêntures da 2ª série da 1ª Emissão e da 2ª emissão, perfazendo o montante total de Amortização Extraordinária de R\$ 1.031.056, dos quais R\$ 1.014.981 foram amortização do saldo devedor e R\$ 16.076 pagamento de juros.

Além da amortização acima foi pago o valor de R\$ 7.346 referente ao prêmio previsto na escritura da debênture se a Companhia optasse pela realização de amortização extraordinária facultativa antecipada.

c) Vencimento

2025	14.024
2026	98.468
2027	737.484
2028	935.696
2029	564.910
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.350.582

17. Salários e encargos sociais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para férias	398	617	15.290	11.084
Salários a pagar	799	449	17.911	15.455
Encargos sociais a pagar (i)	701	659	24.904	22.085
Provisão para bônus	5.258	26.488	16.025	41.031
Outros	6	2	982	771
Total	7.162	28.215	75.112	90.426

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

(i) Composto por contribuições para a Previdência Social (“INSS”) e para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), bem como imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) sobre salários.

18. Contingências

a) Provisão para contingências

As provisões relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Consolidado	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2022	4.539	24.642	29.181
Adições (reversões) líquidas	10.043	12.604	22.647
Provisão para juros	838	1.443	2.281
Pagamentos (baixas)	(7.571)	(4.660)	(12.231)
Em 31 de dezembro de 2023	7.849	34.029	41.878
Adições (reversões) líquidas	6.170	(1.016)	5.154
Provisão para juros	379	1.644	2.023
Pagamentos (baixas)	(6.993)	(5.222)	(12.215)
Em 31 de dezembro 2024	7.405	29.435	36.840

As controladas do Grupo são partes em processos judiciais e administrativos. Esses processos geralmente se referem a disputas legais e administrativas envolvendo sindicatos, funcionários, fornecedores e estudantes. As provisões são registradas para processos judiciais que representam perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui uma análise das evidências disponíveis, incluindo a opinião de consultores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que as provisões são suficientes e estão adequadamente registradas nas demonstrações financeiras.

b) Ativos de indenização

Os reembolsos esperados para as provisões de contingências relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Ativos	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1.540	8.313	9.853
Adições (reversões) líquidas	9.645	11.317	20.962
Provisão para juros	13	110	123
Processos julgados (baixas)	(1.845)	(667)	(2.512)
Em 31 de dezembro de 2023	9.353	19.073	28.426
Adições (reversões) líquidas	1.086	(5.746)	(4.660)
Provisão para juros	452	921	1.373
Processos julgados (baixas)	(3.235)	(4.302)	(7.537)
Em 31 de dezembro 2024	7.656	9.946	17.602

c) Perdas possíveis, não previstas no balanço

Nenhuma provisão foi constituída para os processos classificados como perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos do Grupo. A composição das contingências existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Cível	36.269	14.939
Trabalhista	43.222	37.051
Fiscal	52.616	67.799
Total	132.107	119.789

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Processos cíveis classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas do Grupo estavam sujeitas a 1.017 (2023 – 1.452) ações cíveis. A maior parte das ações está relacionada a reclamações de consumidores, incluindo discussões sobre cobrança indevida de mensalidades e taxas, atraso na emissão de certificados e diplomas, cobrança indevida de mensalidades de alunos contemplados com bolsas e financiamentos públicos e negação de matrícula em cursos, entre outros.

Processos trabalhistas classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, as empresas do Grupo estavam sujeitas a 89 (2022 – 184) reclamações trabalhistas. A maioria dessas reclamações está relacionada a horas extras, equiparação salarial, pagamento de férias e/ou não gozo de períodos de férias, indenizações e verbas rescisórias e indenizações com base nas leis trabalhistas brasileiras.

Processos tributários classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, as empresas do Grupo estavam sujeitas a reclamações fiscais. O Grupo possui processo administrativo tributário pendente relacionado ao Auto de Infração Tributária nº 000204.00/2017, lavrado pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Alegre, no valor total de R\$ 28.024, correspondente a suposto débito de Imposto sobre Serviços (ISS), acrescido de multa de 150% e juros de mora, referente ao período de janeiro de 2012 a junho de 2017.

A interpretação da Receita Federal de Porto Alegre é que os serviços educacionais prestados à distância pelo Grupo, a partir de sua sede em Indaial/SC, estariam sujeitos à tributação de ISS na Cidade de Porto Alegre, onde mantém um sistema de educação digital. Esta interpretação é contestada na esfera administrativa pelo escritório de advocacia externo do Grupo.

As controladas da Companhia também possuem processo administrativo tributário referente a contribuições previdenciárias patronais, incidentes sobre a remuneração de contribuintes individuais, no período de apuração entre 01 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2019.

A responsabilidade por qualquer pagamento de tal dívida será de acordo com os períodos de responsabilidade definidos de acordo com os termos e condições do contrato de compra e venda, e os Vendedores serão responsáveis por quaisquer dívidas relativas ao período anterior ao fechamento data da aquisição (29 de fevereiro de 2016).

19. Patrimônio líquido**a) Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 600 milhões de ações, sujeita à aprovação do Conselho de Administração, que decidirá as condições de pagamento, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

b) Capital subscrito e integralizado

Em 19 de abril de 2024 a Companhia aumentou o capital subscrito em R\$ 165.052, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reservas de lucros e realizou o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia para preparação para a incorporação realizada em 10 de junho de 2024, conforme nota 1.1.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 2.196.460 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.031.408) dividido em 134.172 mil (31 de dezembro de 2023 – 1.959.752 mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

c) Distribuição de lucros

O estatuto social da Companhia exige a distribuição de dividendos no valor de 1% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 2.888 foram destacados ao final do exercício de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 41.227.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. O objetivo da reserva legal é proteger o capital e somente pode ser utilizada para compensação de perdas e aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante destinado a reserva legal foi R\$ 14.438 (2023 – R\$ 6.134).

Reserva estatutária

A reserva estatutária da Companhia é denominada Reserva de Investimentos, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo soma às demais reserva de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante destinado a reserva estatutária foi de R\$ 271.426 (2023 – R\$ 115.310).

e) Reservas de capital

Remuneração baseada em ações

A reserva de capital contém a reserva para programas de remuneração baseada em ações, classificados como liquidadas com instrumentos de patrimônio, conforme detalhado na Nota 21.

A reserva de remuneração baseada em ações é usada para reconhecer:

- o valor justo das opções emitidas aos empregados na data de outorga, mas não exercidas.
- o valor justo das ações emitidas aos empregados na data de outorga quando do exercício das opções.

Reserva por incorporação

A reserva por incorporação contém o acervo líquido da incorporação reversa da Vitru Ltd, conforme Nota 1.1

Ações em tesouraria – Programa de recompra

Em 27 de agosto de 2024 a administração da Companhia aprovou um programa de recompra de ações. A Companhia pode recomprar até 13.417.243 das suas ações ordinárias em circulação no mercado aberto, com base nos preços de mercado vigentes, começando em 27 de agosto de 2024 até o atingimento do limite das recompras ou 26 de fevereiro de 2026, o que ocorrer primeiro.

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recomprou 519.900 ações com uma saída de caixa de R\$ 3.825.

20. Lucro por ação básico e diluído

20.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias detidas pelos acionistas durante o ano.

A tabela a seguir contém o lucro (prejuízo) por ação da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valores por ação):

Lucro (prejuízo) básico por ação	2024	2023
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	288.752	122.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	134.134	134.172
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$)	2,15	0,91

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

20.2. Diluído

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 11.360 mil opções e outros instrumentos que podem virar ações ordinárias e que estão incluídas no cálculo do diluído por ação.

Lucro (prejuízo) diluído por ação	2024	2023
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	288.752	122.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	140.411	134.172
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$)	2,06	0,91

O número de ações ordinárias em circulação foi ajustado retrospectivamente devido ao grupamento das ações em decorrência da incorporação reversa e reorganização societária, descritas na Nota 1.1.

21. Remuneração baseada em ações

O Grupo oferece aos seus administradores e executivos o Plano de Opção de Ações com condições gerais para outorga de opções de ações de emissão da Companhia aos participantes indicados pelo Conselho de Administração que, a seu critério, preenchem as condições de participação, alinhando assim os interesses dos participantes aos interesses de seus acionistas, de forma a maximizar os resultados da Companhia e aumentar o valor econômico de suas ações, gerando assim benefícios para os participantes e demais acionistas. Também proporciona aos participantes um incentivo de longo prazo, aumentando sua motivação e permitindo que a Companhia retenha capital humano de qualidade.

O Plano de Opção de Ações foi aprovado em 19 de novembro de 2020 e compreende a outorga de opções de ações ordinárias sem valor nominal, representando até aproximadamente cinco por cento (5%) do número de ações ordinárias de emissão da Companhia na data de aprovação do Plano. O Plano é administrado e gerido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para manter os direitos econômicos dos Participantes, se o número de ações que compõem o capital da Companhia for aumentado ou diminuído, inclusive em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá fazer os devidos ajustes no número de ações a serem emitidas de acordo com as Opções que foram exercidas e aquelas que não foram exercidas, exceto se a alteração no número de ações que compõem o capital da Companhia for devida à emissão de novas ações em razão de aumentos ou redução de capital e/ou recompra de ações, quando não serão feitos ajustes no número de ações a serem emitidas de acordo com as Opções. Nenhuma fração de Ações será emitida sob o Plano ou em razão de qualquer dos ajustes previstos nesta Seção.

Cada opção de ação concede ao seu titular o direito de comprar uma ação da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos no plano. As Opções não dão direito a dividendos sobre as ações subjacentes.

As opções de ações concedidas a um participante estão sujeitas a um período de aquisição para que sejam exercíveis, sujeitas às regras aplicáveis estabelecidas em cada programa de outorga, de acordo com o cronograma (a partir de cada data do cronograma um determinado lote de opções de ações será exercitável, uma "Data de Aquisição"), onde a cada ano, uma proporção das opções de ações concedidas pode ser exercida.

Os participantes têm o direito de transformar todas as opções adquiridas em ações mediante pagamento em dinheiro, pagando o Preço de Exercício da Opção conforme definido no respectivo programa ao qual cada participante está associado. A diferença entre o preço estipulado no programa e o valor justo da ação na data de mensuração é registrada como patrimônio líquido.

No caso de uma Transação Material, Reorganização Societária Relevante ou Dissolução ocorrer e o Participante for rescindido a partir de tal evento, o Período de Aquisição da Opção detida pelo Participante Rescindido será totalmente antecipado, de modo que o Participante deve exercer as Opções dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data de Rescisão.

Conforme divulgado na NE 1.1.a, em 07 de junho de 2024 a Companhia realizou a incorporação reversa da sua controladora na data e passou a ser a empresa emissora das opções para os Planos de Opções de Ações do Grupo, refletindo o grupamento de ações realizado por ocorrência da incorporação.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Abaixo estão descritos os resumos da quantidade e dos preços médios ponderados de exercício das opções concedidas de acordo com o plano:

	Número de opções	Valor médio por opção
Em 07 de junho 2024	4.300.256	R\$ 27,66
Canceladas por desistência do participante	(291.860)	R\$ 31,62
Em 31 de dezembro 2024	4.008.396	R\$ 27,31

Não houve exercício de opções nem novas outorgas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As opções de ações em circulação no final do ano têm os seguintes períodos e preços remanescentes:

	31/12/2024
Prazo médio do período de vesting remanescente	2,46 anos
Prazo médio do período de vencimento	4,46 anos
Preço de exercício da opção de compra	R\$ 20,05

Resultado reconhecido devido a transações com pagamentos em ações

	2024
Pago em caixa (i)	202
Pago em ações	3.973
Despesas operacionais	4.175
Variação Cambial	1.555
Resultado total	5.730

- (i) O plano de opções de ações híbrido que tinha a opção de pagamento em caixa deixou de existir após a incorporação reversa apresentada na NE 1.1 (a) o valor de R\$ 202 foi reconhecido no grupo antes da data de incorporação.

22. Partes relacionadas

22.1. Relacionamento com entidades relacionadas

Operações de Mútuo:

A Companhia possuía um contrato de mútuo com a sua antiga controladora direta Vitru Ltd que foi encerrado com a incorporação reversa apresentada na NE 1.1:

Mútuo	Saldos no balanço	
	31/12/2024	31/12/2023
Vitru Ltd		
Partes relacionadas	-	8.201

Arrendamentos:

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

Em decorrência da combinação de negócios com a Unicesumar, a Companhia possui um contrato de arrendamento com empresas relacionadas a membros da administração: O objeto do contrato é o Campus da Unicesumar localizado na cidade de Maringá-PR e tem uma vigência de 20 anos a partir da data de fechamento da combinação de negócios.

Arrendamentos	Saldos no balanço		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
SOEDMAR - Sociedade Educacional De Maringa Ltda.				
Ativos de direito de uso	171.925	173.521		
Despesa de depreciação			(8.596)	(7.224)
Passivos de arrendamento	165.081	167.968		
Juros sobre arrendamentos			(18.813)	(13.984)
WM Administração e Participações Ltda				
Ativos de direito de uso	3.404	3.374		
Despesa de depreciação			(343)	(319)
Passivo de arrendamento	2.765	2.954		
Juros sobre arrendamentos			(327)	(287)

Doações:

O Grupo também realiza doações mensais ao ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Instituto tem, entre suas finalidades e objetivos institucionais, o apoio, o desenvolvimento e a promoção de projetos de educação, pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia, reunindo ações, programas e atividades para esse fim. Alguns administradores do Grupo também auxiliam na administração do ICETI.

Doações	Saldos no balanço		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
ICETI - Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação				
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	(3.180)	(3.063)

22.2. Remuneração da administração

	2024	2023
Salários, encargos sociais e remuneração variável (i)	27.652	38.331
Remuneração baseada em ações	4.175	(9.389)
Total	31.827	28.942

(i) A remuneração variável é definida e aprovada pelo Conselho da Companhia em acordo com os executivos do Grupo.

23. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de serviços bruta	63.424	58.294	2.757.702	2.487.626
(-) Descontos	(4.785)	(91)	(245.433)	(184.116)
(-) Bolsas ProUni	-	-	(286.218)	(272.581)
(-) Impostos sobre serviços	(1.536)	(1.284)	(84.242)	(68.404)
Receita líquida	57.103	56.919	2.141.809	1.962.525
Modo de reconhecimento da receita				
Serviço transferido durante um período	57.103	56.519	2.119.273	1.935.461
Serviço transferido em um momento específico (i)	-	400	22.536	27.064
Receita líquida	57.103	56.919	2.141.809	1.962.525

(i) A receita reconhecida em um momento específico do tempo refere-se à receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

As receitas do Grupo com contratos com clientes são todas geradas no Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor faturado aos alunos pela parcela a ser transferida para o parceiro de polo, em relação à operação em conjunto, é de R\$ 575.653 (2023 - R\$ 516.905). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar ao parceiro de polo é de R\$ 25.524 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 23.018).

24. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Folha de pagamento (i)	28.549	45.111	633.221	576.733
Vendas e marketing	8.848	6.898	276.108	255.509
Depreciação, amortização e impairment (ii)	126.146	125.671	216.203	212.635
Serviços de consultoria e assessoria	38.418	34.323	122.599	85.786
Materiais	34	59	26.904	30.045
Manutenção	806	77	51.402	41.704
Utilidades, limpeza e segurança	9	-	26.662	42.836
Outras despesas	5.054	3.445	50.974	30.314
Total	207.864	215.584	1.404.073	1.275.562
Custo dos serviços prestados	23.588	28.534	746.646	669.479
Despesas gerais e administrativas	120.625	125.182	259.707	245.682
Despesas com vendas	63.651	61.868	397.720	360.401
Total	207.864	215.584	1.404.073	1.275.562

(i) As despesas com folha de pagamento incluem R\$ 629.046 (2023 - R\$ 586.122) referentes a salários, bônus, benefícios de curto prazo, encargos sociais relacionados e outras despesas relacionadas a empregados, e R\$ 4.175 (2023 R\$ (9.389)) relacionados à remuneração baseada em ações.

(ii) Depreciação e amortização

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços prestados	16.416	16.494	78.844	82.008
Despesas gerais e administrativas	55.181	54.628	82.487	75.661
Despesas com vendas	54.549	54.549	54.872	54.966
Total	126.146	125.671	216.203	212.635

25. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Baixa do ativo permanente (nota 15)	(55.733)	(2)	(56.442)	(9.437)
Doações dedutíveis	-	-	(3.180)	(3.579)
Receita com venda de imobilizado	(45)	-	1.075	-
Multas	(431)	(13)	(1.035)	(141)
Receitas com alugueis	-	-	386	-
Indenizações contratuais	(3)	-	(71)	(1)
Outras receitas	-	9	1.531	4.813
Outras despesas	(3)	(55)	(164)	(110)
Total	(56.215)	(61)	(57.900)	(8.455)

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	902	973	14.696	24.079
Rendimento das aplicações financeiras	9.062	9.918	41.734	32.537
Variação Cambial Ativa	669	-	822	888
Outros	321	205	337	1.178
Total	10.954	11.096	57.589	58.682
Despesas financeiras				
Juros sobre contas a pagar por aquisição de controladas	-	(40.303)	-	(40.303)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(37.762)	(33.858)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(408.734)	(264.313)	(408.734)	(264.313)
Variação Cambial Passiva	(1.158)	(7)	(3.007)	(1.522)
Prêmio antecipação debêntures	(15.247)	-	(15.247)	-
Outros	(9.300)	(4.339)	(36.493)	(23.785)
Total	(434.439)	(308.962)	(501.243)	(363.781)
Resultado financeiro	(423.485)	(297.866)	(443.654)	(305.099)

27. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, são válidas para o Grupo e foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Coberturas
Bens do imobilizado	447.250
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	50.000
Riscos cibernéticos	20.000
	517.250

28. Informações por segmento

O Grupo gerencia suas atividades em três principais segmentos de negócios operacionais, para diferenciação de seus produtos oferecidos. As despesas gerais e administrativas (exceto amortização de ativos intangíveis e despesas com redução ao valor recuperável), resultados financeiros (exceto juros de mensalidades pagas em atraso) e impostos de renda são administrados de forma consolidada do Grupo e não são alocados aos segmentos operacionais.

O desempenho do segmento é avaliado principalmente com base na receita líquida e no lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA Ajustado). O LAJIDA Ajustado é calculado pelo lucro operacional acrescido de depreciação e amortização acrescido de juros recebidos sobre pagamentos de mensalidades em atraso e ajustado pela eliminação dos efeitos da remuneração baseada em ações mais/menos despesas excepcionais.

As despesas gerais e administrativas (exceto amortização de ativos intangíveis e despesas com redução ao valor recuperável), resultados financeiros (exceto juros de mensalidades pagas em atraso) e impostos de renda são administrados de forma consolidada pelo Grupo e não são alocados aos segmentos operacionais.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

O CODM não toma decisões estratégicas nem avalia o desempenho com base em regiões geográficas. Atualmente, o Grupo opera exclusivamente no Brasil e todos os ativos, passivos e resultados são alocados no Brasil.

Exercício findo em 31 de dezembro	EAD	Educação Continuada	Presencial	Total
2024				
Receita operacional líquida	1.520.894	138.896	482.019	2.141.809
LAJIDA ajustado	661.680	58.165	226.325	946.170
% Margem LAJIDA ajustado	43,51%	41,88%	46,95%	44,18%
2023				
Receita operacional líquida	1.414.508	101.830	446.187	1.962.525
LAJIDA ajustado	576.524	53.769	212.938	843.231
% Margem LAJIDA ajustado	40,76%	52,80%	47,72%	42,97%

O total da receita líquida dos segmentos operacionais representa a receita líquida do Grupo. A reconciliação dos lucros antes dos impostos do Grupo para o LAJIDA Ajustado alocado é apresentada abaixo:

	2024	2023
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	4.076	109.891
(+) Resultado financeiro	443.654	305.099
(+) Depreciação e amortização	216.203	212.635
(+) Juros sobre mensalidades pagas em atraso	14.696	24.079
(+) Remuneração baseada em ações	4.175	(9.389)
(+) Outras receitas (despesas) líquidas	57.900	8.455
(+) Despesas de reestruturação	28.761	26.846
(+) M&A e despesas com ofertas	24.493	42.620
(+) Outras despesas não alocadas	152.212	122.995
LAJIDA ajustado alocado aos segmentos	946.170	843.231

Exercício findo em 31 de dezembro	EAD	Educação Continuada	Presencial	Não alocado	Total
2024					
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	183.980	33.813	14.313	-	232.106
Depreciação e amortização de ativos não circulantes	61.195	3.051	69.456	82.501	216.203
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	13.237	1.106	353	-	14.696
2023					
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	234.613	17.580	11.348	-	263.541
Depreciação e amortização de ativos não circulantes	94.157	3.893	92.565	22.020	212.635
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	20.570	1.205	2.304	-	24.079

29. Outras divulgações sobre fluxos de caixa

Transações que não impactam caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

O montante de R\$ 7.537 (2023 - R\$ 6.503) referente a provisão para contingências de responsabilidade dos vendedores de controladas adquiridas em exercícios anteriores, foi revertido para a rubrica de ativo de indenização no ativo não circulante.

O montante de R\$ 2.888 (2023 - R\$ 0) referente a baixa de ativos imobilizados reconhecidos em 2023 que não haviam sido quitados.

O montante de R\$ 20.311 (2023 - R\$ 27.152) referente a atualização de bens de direito de uso, também adicionado na rubrica de passivo de arrendamento mercantil

VITRU BRASIL EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 20.512.706/0001-40
NIRE 4230004752-0

Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE ou Comitê") da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A ("Companhia"), localizada na Rodovia José Carlos Daux, 5500, Torre Jurerê A, 2º andar, sala 212 a 224, Saco Grande, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88032-005, listada no segmento Novo Mercado da B3 desde 10 de junho de 2024, em cumprimento às disposições legais e ao Regimento Interno do Comitê, elaboraram o presente relatório anual das atividades relativas ao exercício social de 2024.

No período mencionado, o Comitê de Auditoria da Companhia realizou 7 (sete) reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, para discussão do referido exercício social, cumprindo requisitos estabelecidos no Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento do Novo Mercado.

No cumprimento de suas competências e atribuições como órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, fizeram parte das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2024:

- i. Emissão de opinião acerca da substituição dos auditores independentes para 2024;
- ii. Análise e recomendação acerca das Demonstrações Contábeis de 2024, trimestrais e anual, incluindo indagações e discussões com os auditores independentes do exercício social 2024 (Deloitte Touche Tohmatsu Limited).
- iii. Acompanhamento e supervisão da Controladoria, área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras.
- iv. Acompanhamento e supervisão das atividades da área de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos (GRC): Monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos dos controles internos da Companhia; Atualização do mapa de riscos da Companhia e endereçamento desses pela Administração; Iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade.
- v. Acompanhamento e supervisão da Auditoria Interna: Ratificação anual da independência e posicionamento organizacional; Aprovação de orçamento e estrutura da área; Aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna, incluindo avaliação das principais fragilidades identificadas; Acompanhamento dos principais indicadores e denúncias recebidas no Canal de Ética da Companhia.
- vi. Supervisão das atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses às necessidades da Companhia.
- vii. *Onboarding* do novo *Chief Financial Officer* nos temas prioritários de competência do Comitê.
- viii. Avaliação e monitoramento da adequação de transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia.

- ix. Emissão de recomendações à administração visando correção ou aprimoramento das políticas/práticas internas da Companhia em temas de sua competência.
- x. Deliberação acerca da emissão do presente Relatório Resumido de Atividades do Comitê de Auditoria 2024.

Com base na revisão do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório do Auditor Independente, nas informações e esclarecimentos recebidos da Administração e dos Auditores Independentes, os membros do CAE, no exercício de suas atribuições, recomendam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 sejam aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Por fim, os membros declaram inexistir divergências significativas entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Florianópolis, 25 de março de 2025

Assinado eletronicamente por:
Igor Lima
CPF: ***.240.566-**
Data: 28/03/2025 21:13:21 +00:00

 vitru
EDUCATION

Igor Xavier Correia Lima
Membro do Comitê

Assinado eletronicamente por:
CLAUDIA JORDÃO RIBEIRO PAGNANO
CPF: ***.792.458-**
Data: 28/03/2025 18:50:48 -03:00

 vitru
EDUCATION

Claudia Jordão Ribeiro Pagnano
Membro do Comitê

Assinado eletronicamente por:
PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS
CPF: ***.961.055-**
Data: 25/03/2025 20:30:42 -03:00

 vitru
EDUCATION

Paulo Sérgio Dortas Matos
(Coordenador)

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2024

Os abaixo assinados membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no item 6, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, emitem parecer favorável para o Conselho de Administração e recomendam a aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativas às demonstrações financeiras do ano de 2024, não havendo qualquer divergência entre a administração da Companhia, os auditores independentes e este Comitê.

Florianópolis, 25 de março de 2025.

Assinado eletronicamente por:
PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS
CPF: ***.961.055-**
Data: 25/03/2025 20:31:40 -03:00



Paulo Sergio Cruz Dortas Matos

Coordenadora CAE

Assinado eletronicamente por:
CLAUDIA JORDÃO RIBEIRO PAGNANO
CPF: ***.792.458-**
Data: 28/03/2025 18:50:05 -03:00



Claudia Jordão Ribeiro Pagnano

Membro do CAE

Assinado eletronicamente por:
Igor Lima
CPF: ***.240.566-**
Data: 28/03/2025 21:13:21 +00:00



Igor Xavier Correia Lima

Membro do CAE

Assinado eletronicamente por:
Murilo Fusco
CPF: ***.953.268-**
Data: 25/03/2025 19:08:09 -03:00



Murilo Marques Fusco

Secretário do CAE

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 25 de março de 2025, sobre as demonstrações financeiras padronizadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.


Florianópolis, 25 de março de 2025.

Assinado digitalmente por:
WILLIAM VÍCTOR KENDRICK DE MATOS SILVA
CPF: ***.605.399-**
Certificado emitido por AC SOLUTI Multipla v5
Data: 31/03/2025 18:52:03 -03:00



William Víctor Kendrick de Matos Silva

CEO



Assinado digitalmente por:
GABRIEL SILVA LOBO LEITE
CPF: ***.895.037-**
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Data: 31/03/2025 18:40:16 -03:00



Gabriel Lobo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinado digitalmente por:
Ana Paula Rodrigues
CPF: ***.601.397-**
Certificado emitido por AC Uniasselvi
Data: 31/03/2025 17:56:59 -03:00



Ana Paula Rodrigues

Diretora de Operações Corporativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas ao exercício de 2024 findo em 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 25 de março de 2025.

Assinado digitalmente por:
WILLIAM VÍCTOR KENDRICK DE MATOS SILVA
CPF: ***.605.399-**
Certificado emitido por AC SOLUTI Multipla v5
Data: 25/03/2025 18:52:19 -03:00



William Victor Kendrick de Matos Silva

CEO

Assinado digitalmente por:
GABRIEL SILVA LOBO LEITE
CPF: ***.685.037-**
Certificado emitido por AC SingularID Multipla
Data: 26/03/2025 08:22:07 -03:00

Gabriel Lobo



Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinado digitalmente por:
Ana Paula Rodrigues
CPF: ***.601.397-**
Certificado emitido por AC Uniasselvi
Data: 26/03/2025 10:16:22 -03:00



Ana Paula Rodrigues

Diretora de Operações Corporativas